



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SISTEMAS
AGROINDUSTRIAIS – PPGSA

CIBELLY GARRIDO OLIVEIRA

**SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS ASSOCIAÇÕES RIACHO
GRANDE E CRUZ DA TEREZA NO MUNICÍPIO DE COREMAS-PB**

POMBAL – PB

2018

CIBELLY GARRIDO OLIVEIRA

**SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS ASSOCIAÇÕES RIACHO
GRANDE E CRUZ DA TEREZA NO MUNICÍPIO DE COREMAS-PB**

Dissertação de Mestrado apresentada
programa de pós-graduação *stricto sensu* em
sistemas agroindustriais – PPGSA como pré-
requisito para a obtenção do título de
Mestrado.

Orientadores: Prof^ª. Me. Sc. Aline Carla de Medeiros
Prof. D. Sc. Patrício Borges Maracajá

POMBAL – PB

2018

O48s Oliveira, Cibelly Garrido.
Sustentabilidade e economia solidária nas associações Riacho Grande e Cruz da Terra no município de Coremas - PB / Cibelly Garrido Oliveira. – Pombal, 2019.
80 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, 2019.
"Orientação: Prof. Dr. Patrício Borges Maracajá".
"Co-orientação: Profa. Ma. Aline Carla de Medeiros".
Referências.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Agricultura familiar. 3. Associativismo. I. Maracajá, Patrício Borges. II. Medeiros, Aline Carla de. III. Título.

CDU 502.131.1(043)

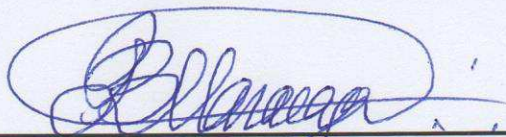
CAMPUS DE POMBAL

“SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS ASSOCIAÇÕES RIACHO GRANDE E CRUZ DA TEREZA NO MUNICÍPIO DE COREMAS-PB”

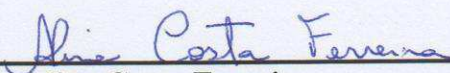
Defesa de Trabalho Final de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Pombal-PB, em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Mestre (M. Sc.) em Sistemas Agroindustriais.

Aprovada em 13 / 09 / 2018

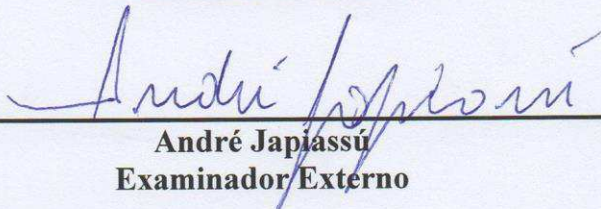
COMISSÃO EXAMINADORA



Patrício Borges Maracajá
Orientador



Aline Costa Ferreira
Examinadora Interna



André Japlassú
Examinador Externo

POMBAL-PB
SETEMBRO - 2018

A minha mãe, Maria do Socorro, pelo amor, incentivo e apoio incondicional, que sempre fez de tudo para me garantir o melhor, a minha avó, Advani Diniz, pelo amor e suas orações e a meu pai, José Elizeu (in memoriam), que no momento de conclusão da pesquisa serviu-me de exemplo para nunca desistir, mesmo nos momentos difíceis...

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A minha mãe, Maria do Socorro, que me deu a vida, amor e sempre me incentivou nas horas mais difíceis.

As minhas irmãs Cíntya Garrido Oliveira, Cynara Garrido Oliveira, Cymiramis Garrido Oliveira e sobrinhos, José Jerônimo da Silva Neto, Miguel Garrido de Andrade e Rafael Garrido, que nos momentos de minha ausência dedicados a pesquisa sempre me fizeram entender que o futuro é feito da determinação no presente.

A meu primo Valério Ferreira, Mayle Almeida e José Jandilson de Sousa Arruda pelo companheirismo e ajuda em momentos de grande dificuldade.

As minhas amigas, Ádila Vicente, Daylla Gregório, Edjhane Soares, Luana Maciel, Moane Almeida, Raquel Andrade e Rivânia Amâncio pelo encorajamento e paciência nos momentos de tensão.

Agradeço aos meus orientadores, a Prof^ª. Me. Sc. Aline Carla de Medeiros e o Prof. Dr. Sc. Patrício Borges Maracajá, que tiveram paciência e me ajudaram bastante a concluir este trabalho.

A todos os professores e colegas do curso, que foram tão importantes na minha vida e no desenvolvimento desta monografia.

A Universidade Federal de Campina Grande, pela oportunidade de fazer o Curso.

Aos produtores da Comunidade Riacho Grande pela contribuição para desenvolver a pesquisa e pelo carinho ofertado.

OLIVEIRA, Cibelly Garrido. **Sustentabilidade e economia solidária nas associações Riacho Grande e Cruz Da Tereza no município de Coremas-PB.** (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS – PPGSA). UFCG-Campina Grande-PB. 2017.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo avaliar o nível de sustentabilidade entre os produtores rurais pertencentes a comunidade Riacho Grande e Cruz da Tereza no município de Coremas-PB e analisar se as comunidades desenvolvem atividades fundamentadas na Economia Solidária, como meio de desenvolvimento local. Nesse contexto, buscou-se identificar as características da população, como indicadores que permeiam o desenvolvimento sustentável, estes relacionados à qualidade de vida, capital social e índice ambiental; identificando as atividades agrícolas e não agrícolas; analisando quais as atividades que são mais rentáveis; abordando o papel do associativismo. Para isso, foram realizadas aplicações de questionários e entrevistas semiestruturadas com 30 produtores de cada assentamento, onde a maioria dos assentados residem nas comunidades. A comunidade do Riacho Grande apresenta-se com uma maior parcela de produtores do gênero masculino com a participação de 69% e feminina com 31%. A média geral das idades dos produtores foi de 47 anos para os dois gêneros. A qualidade de vida (IQV) da comunidade foi classificada como média, apresentando índice de 0,6509. O índice de capital social (ICS) foi classificado como médio apontando o valor de 0,6355. O nível de preservação ambiental expressado pelo índice ambiental foi definido como um nível baixo de sustentabilidade determinando o valor de 0,1149, o que contribuiu para que a comunidade apontasse um nível baixo de sustentabilidade de acordo com os parâmetros de avaliação, atingindo o valor de 0,46. A comunidade Cruz da Tereza revela-se predominância feminina com 63%, e masculina com 37%, a média geral dos produtores da comunidade foi de 46 anos para os dois gêneros. A qualidade de vida da comunidade (IQV) foi considerada elevada no seu nível de sustentabilidade, logo obteve valor equivalente a 0,84, o índice de capital social (ICS) foi classificado como médio, mostrando o valor de 0,53 e o seu índice ambiental (IA) foi considerado de nível baixo, apontando o valor de 0,26. Tais resultados favoreceu para que a comunidade obtivesse um nível médio de sustentabilidade, apresentando um valor de 0,54. Porém esses índices podem ser melhorados, se práticas ambientais direcionadas ao desenvolvimento sustentável e também se os princípios da Economia Solidária forem implementados nas associações, podendo proporcionar maior segurança ao meio ambiente e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida aos produtores rurais das comunidades.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Agricultura familiar. Associativismo.

OLIVEIRA, Cibelly Garrido. **Sustainability and solidarity economy in the Riacho Grande association in the city of Coremas-PB.** (Monografia-Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano). UFCG-Campina Grande-PB. 2017.

ABSTRACT

This study aims to evaluate the level of sustainability among the rural producers belonging to the Riacho Grande and Cruz da Tereza's communities in the municipality of Coremas-PB and to analyze if the communities develop activities based on the Solidarity Economy as a means of local development. In this context, we sought to identify the characteristics of the population, as indicators that permeate sustainable development, these related to quality of life, social capital and environmental index; identifying agricultural and non-agricultural activities; analyzing which activities are most profitable; addressing the role of associativism. For this, applications of questionnaires and semi-structured interviews were carried out with 30 producers from each settlement, where the majority of the settlers reside in the communities. The Riacho Grande community has a larger share of male producers with a 69% and female participation with 31%. The overall average age of producers was 47 years for both genders. The quality of life (QLI) of the community was classified as moderate, presenting an index of 0.6509. The social capital index (SCI) was classified as moderate, with 0.6355. The level of environmental preservation expressed by the environmental index was defined as a low level of sustainability, determining the value of 0.11149, which contributed to the community aiming a low level of sustainability according to the evaluation parameters, reaching the value of 0.46. The Cruz da Tereza community shows a predominance of women with 63%, and men with 37%, the general average of community producers was 46 years for both genders. The quality of life of the community (IQV) was considered high in its level of sustainability, soon obtained value equivalent to 0,84, the index of social capital (ICS) was classified as average, presenting the value of 0.53 and its The environmental index (IA) was considered low, indicating a value of 0.26. These results favored the community to obtain an average level of sustainability, presenting a value of 0.54. However, these indices can be improved if environmental practices are directed towards sustainable development and also if the principles of Solidarity Economy are implemented in the associations, being able to provide greater security to the environment and consequently a better quality of life to the rural producers of the communities.

Keywords: Sustainable development. Family farming. Associativism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ES	Economia Solidária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
IA	Índice Ambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ICS	Índice de Capital Social
IQV	Índice de Qualidade de Vida
IS	Índice de Sustentabilidade
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do município de Coremas (onde se realizou a referida pesquisa).....	26
Figura 2 – Associação Riacho Grande município de Coremas-PB	33
Figura 3 – Associação Cruz da Tereza	33
Figura 4 - Pracinha, Capela e Seda da Associação	63
Figura 5 - Entrevista	63
Figura 6 - Alguns associados.....	64
Figura 7 - Posto Médico (fechado)	64
Figura 8 - Horta familiar e Bovinocultura	65
Figura 9 - Destino do Lixo	65
Figura 10 - Sede da Associação.....	66
Figura 11 - Entrevista com o presidente da Associação	66
Figura 12 - Lazer e Escola.....	67
Figura 13 - Produção de Hortaliças	67
Figura 14 - Coleta de Lixo e Posto de Saúde	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura da Associação	23
Tabela 2 - Comparação entre os valores indicativos dos componentes do IQV para os indicadores avaliados.....	28
Tabela 3 - Comparação entre os valores indicativos dos componentes do ICS para os indicadores avaliados.....	29
Tabela 4 - Comparação entre os valores indicativos dos componentes do IA para os indicadores avaliados.....	30
Tabela 5 - Participação dos indicadores individuais na composição do Índice de Qualidade de Vida dos produtores rurais da comunidade Riacho Grande. Dados em valores absolutos e percentagem.....	40
Tabela 6 - Participação dos indicadores individuais na composição do Índice de Qualidade de Vida dos Associados da Comunidade Cruz da Tereza. Dados em valores absolutos e percentagem.....	40
Tabela 7 - Participação dos indicadores individuais na composição do Índice de Capital Social dos produtores rurais da comunidade Riacho Grande. Dados em valores absolutos e percentagem.....	41
Tabela 8 - Participação dos indicadores individuais na composição do Índice de Capital Social dos Associados da Comunidade Cruz da Tereza. Dados em valores absolutos e percentagem	41
Tabela 9 - Participação dos indicadores individuais na composição do Índice Ambiental dos produtores rurais da comunidade Riacho Grande. Dados em valores absolutos e percentagem	42
Tabela 10 - Participação dos indicadores individuais na composição do Índice Ambiental dos Associados da Comunidade Cruz da Tereza. Dados em valores absolutos e percentagem	42
Tabela 11 - Participação dos índices na composição do Índice Sustentabilidade dos produtores rurais da comunidade Riacho Grande. Dados em valores absolutos e percentagem.....	43
Tabela 12 - Participação dos índices na composição do Índice Sustentabilidade dos Associados.... Dados em valores absolutos e percentagem	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Representação gráfica da faixa etária de acordo com o gênero dos produtores rurais da comunidade Riacho Grande.....	34
Gráfico 2 - Perfil dos produtores rurais em relação ao grau de escolaridade na comunidade Riacho Grande	36
Gráfico 3 - Caracterização de rendas não-agrícolas dos produtores rurais da comunidade Riacho Grande	37
Gráfico 4 - Atividades desenvolvidas pelos produtores rurais caracterizadas conforme fator econômico na comunidade	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivo Geral	14
1.1.2 Objetivos Específicos.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 Agricultura familiar e sustentabilidade.....	15
2.2 Um breve histórico sobre economia solidária e suas implicações no meio rural	17
2.3 Associativismo.....	21
3 MATERIAL E MÉTODOS	26
3.1 Localização da Área de Estudo.....	26
3.2 Coleta de dados.....	26
3.3 Obtenção de Índices.....	27
3.3.1 Índice de Qualidade de Vida (IQV)	27
3.3.2 Índice de Capital Social (ICS)	28
3.3.3 Índice Ambiental (IA).....	29
3.3.4 Índice de Sustentabilidade (IS)	30
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
6 CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICES	51
APÊNDICE A – Questionário para os assentados.....	52
APÊNDICE B – Questionário para as lideranças dos assentamentos	59
APÊNDICE C – Declaração de Autenticidade.....	61
APÊNDICE D – Declaração de observância das prescrições da ABNT e da norma culta da língua portuguesa no trabalho de conclusão de curso.....	62
APÊNDICE E – Fotos da Pesquisa na Associação Riacho Grande	63
APÊNDICE F – Fotos da Pesquisa na Associação Cruz da Tereza	66
ANEXOS	69
ANEXO A – Termo de Abertura da Associação Riacho Grande.....	70
ANEXO B – Termo de Abertura da Associação Cruz da Tereza (2013).....	74
ANEXO C – Assinatura dos participantes (2013).....	76
ANEXO D – Termo de mudança de diretoria da Associação Cruz da Tereza (2017)	77
ANEXO E – Assinatura dos participantes (2017)	79
ANEXO F – Conselho Fiscal e Suplentes da Associação Cruz da Tereza.....	80

1 INTRODUÇÃO

A contemporaneidade traz um conceito de desenvolvimento sustentável, onde procura executar os anseios atuais, de forma a não comprometer as gerações que virão, esta última, irá trabalhar de forma satisfatória, as suas prioridades baseiam-se em um novo paradigma. Para Nascimento (2012) o desenvolvimento sustentável é baseado em três dimensões: a econômica, a social e a ambiental. Sua estratégia visa promover a harmonia entre os seres humanos e a natureza.

Em um modelo sustentável, o desenvolvimento econômico, remete-se ao estudo de vários segmentos, seja ele de caráter: natural, econômico, social e cultural, para que de fato ocorra a expansão do espaço e do sujeito nele envolvido. Uma situação completamente distinta do crescimento econômico, esse que por sua vez, prioriza os interesses comerciais, desprezando o meio e conseqüentemente os indivíduos.

A sustentabilidade neste estudo é entendida como a capacidade que as organizações têm de se manter em funcionamento cumprindo os objetivos a que se propõe, em consonância com a filosofia da economia solidária (ES). Para refletir sobre relevante tema, é preciso pensar que a sustentabilidade se relaciona à finalidade dos empreendimentos e os meios para a sua realização. Não está relacionada apenas aos aspectos econômicos, ou à eficiência econômica, mas também, como Coraggio (2003, p. 95) afirma, à eficiência social, entendida como “a reprodução das melhores condições possíveis, tanto materiais como simbólicas da vida em sociedade”. Aspectos econômicos, sobretudo quando se pensa em iniciativas empreendidas em busca de geração de trabalho e renda, são fundamentais para a consolidação dos empreendimentos. No entanto, o social e o político também terão uma influência significativa na gestão do empreendimento e na sua sustentabilidade (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004; COSTA, 2003; TIRIBA, 2000; SEI, 2004).

Os indicadores de sustentabilidade são ferramentas utilizadas para auxiliar no monitoramento da operacionalização do desenvolvimento sustentável, sendo a sua principal função fornecer informações sobre o estado das diversas dimensões (ambientais, econômicas, socioeconômicas, culturais, institucionais, etc.) que compõem o desenvolvimento sustentável do sistema na sociedade (CARVALHO, et al., 2011).

As atividades de produção rural possibilitam um desenvolvimento econômico e social para aqueles que exercem essa ocupação, com geração de inúmeros postos de trabalho, empregos e fluxo de renda, sendo determinante na melhoria da qualidade de vida e permanência do homem no meio rural (GUANZIROLI et al., 2001).

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade da realização de pesquisas e estudo que aborde as variáveis sociais, ambientais e econômicas para a elaboração de um perfil claro e racional das possibilidades de atuação sustentável dentro das atividades agropecuárias desenvolvidas especialmente nas comunidades Riacho Grande e Cruz da Tereza, localizadas no município de Coremas-PB.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Avaliar o nível de sustentabilidade das associações Riacho Grande e Cruz da Tereza em Coremas-PB e analisar se existe alguma prática de economia solidária presente nas associações.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Avaliar se o princípio do associativismo faz parte da realidade das associações;
- Analisar o nível de sustentabilidade das associações e as práticas realizadas para o desenvolvimento da agricultura familiar;
- Examinar se existe práticas de economia solidária na valorização da sustentabilidade;
- Investigar a qualidade de vida, o capital social e ambiental dos produtores por meio de indicadores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Agricultura familiar e sustentabilidade

A agricultura familiar é definida como uma forma de produção através de interação entre gestão e trabalho, onde os próprios agricultores dirigem o processo produtivo (MELLO e DIAS, 2008), são agricultores com baixo nível de escolaridade que diversificam os produtos cultivados para reduzir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra. Ela proporciona benefícios sociais, econômicos e ambientais (PORTUGAL, 2004).

A “Lei nº 11.326 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais*; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural”. (LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.).

A agricultura familiar assume uma grande importância no Brasil, os agricultores produzem uma grande quantidade de alimentos, onde, na maioria das vezes direciona suas mercadorias para atender as necessidades internas, mas isso não faz da agricultura familiar uma atividade primária isolada, pois está cada vez mais associada aos setores industriais e comerciais. É um grande deslize associar a agricultura familiar a uma produção de baixa renda, pequena produção e agricultura de subsistência, pois esta é uma atividade que contribui para a geração de riqueza, considerando-se não apenas a economia rural e regional, mas o desenvolvimento econômico do país (ABRAMOVAY, 1997; GUILHOTO et al. 2010).

De acordo com (BRASIL, 2011; DIAS, 2015), cerca de 70% dos alimentos produzidos no Brasil são provenientes da agricultura familiar que constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros, responde por 35% do PIB nacional e absorve 40% da população economicamente ativa do país.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, o Brasil consumiu cerca de 70% da produção de feijão, 54% da bovinocultura de leite, 40% de aves e ovos, 49% do milho, 84% da mandioca e 58% da produção de suínos, provenientes da agricultura familiar. Ressaltando que 84,4% do total de propriedades rurais brasileiras pertencem a grupos familiares, estando a metade delas na Região Nordeste.

Para Castro (2012), a agricultura no Nordeste brasileiro tem papel de destaque na economia regional. 82,6% da mão de obra do campo equivale à agricultura familiar. A região é a maior produtora nacional de banana, respondendo pelo montante de 34% do total. Lidera, ainda, a produção da mandioca, com 34,7% do total. Segunda maior produtora de arroz. Também ocupa a segunda posição na produção frutícola, com cerca de 27% da produção nacional em 2008. Entretanto, a participação da produção agrícola nordestina no total do país ainda é baixa. No ano de 1995, as regiões brasileiras participavam, percentualmente, da seguinte forma no total do volume do setor agropecuário: Norte, 4,2%; Nordeste, 13,6%; Centro-Oeste, 10,4%; Sudeste, 41,8%; e Sul, 30,0%, dados estes que revelam a concentração nestas duas últimas regiões de mais de 70% de todo o montante do agronegócio brasileiro.

Ainda de acordo com o autor ainda a agricultura nordestina apresenta problemas e desafios, que vão da reforma agrária às queimadas; do êxodo rural ao financiamento da produção; da infraestrutura de escoamento da produção à viabilização econômica da agricultura familiar: envolvendo questões políticas, sociais, ambientais, tecnológicas e econômicas.

Segundo a FAO (2012), o fortalecimento da agricultura familiar é a chave para reduzir a fome e a pobreza no mundo. Para Bianchini, (2005) a baixa capitalização, a disparidade produtiva inter-regional e o acesso às linhas de crédito oficiais, à tecnologia, à assistência técnica, e o acesso aos mercados modernos são as principais dificuldades para o desenvolvimento da produção agrícola familiar no Brasil. Nesse sentido, políticas públicas devem procurar auxiliar os agricultores por meio de consultoria e assistência técnica que promova a capacitação dos mesmos para atender as exigências do mercado, pois o mercado torna-se cada vez mais exigente (MDA, 2012), como também desenvolva políticas públicas eficazes que garantam a qualidade de vida e permanência dos assentados no campo.

Ainda de acordo com Zibetti (2005), o espaço rural está ligado a três dimensões: a função econômica da terra, destacando a importância do valor da alimentação e as riquezas advindas da atividade rural; a função social da terra, relacionada à subsistência e a garantia de um emprego, de forma que garanta os interesses coletivos; e a função ecológica da terra, a cuja sustentabilidade estaria ligada.

Para Veiga (1994) o desenvolvimento sustentável dentro da atividade agrícola deve cumprir alguns objetivos como: conservar por longo prazo os recursos naturais e a produtividade agrícola; minimizar os impactos adversos ao ambiente; retornos convenientes aos produtores; melhorias da produção com mínimo de insumos externos; satisfação das

necessidades humanas de alimentos e renda; atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Para desenvolver políticas de estratégias voltadas para sustentabilidade é preciso avaliar o processo de desenvolvimento em três dimensões: econômica, social e ambiental. A maior parte dos indicadores aborda as dimensões separadamente, já o indicador de sustentabilidade Dashboard faz a interação entre elas, obtendo assim um resultado mais satisfatório em termos da realidade (CAMPOS; RIBEIRO, 2007).

As dimensões precisam compreender o meio ambiente, tais como: qualidade da água, ar e solo, níveis de lixo tóxico, emprego, investimentos, produtividade, distribuição de receitas, competitividade, ou seja, apresentar uma atuação em todos os setores da sociedade (BELLEN, 2002).

Sachs (2002) cita outras cinco dimensões que, em sua opinião, fortalecem o Desenvolvimento Sustentável: territorial, cultural, ecológica, política nacional e política internacional. Outras três dimensões são sugeridas por Silva (2010): humana, espiritual e ética. Considerando-se o desenvolvimento de forma multidimensional, os objetivos gerais do Desenvolvimento Sustentável devem ser, na opinião de Maser (2000):

- Assegurar a satisfação das necessidades humanas essenciais, priorizando as necessidades dos mais pobres;
- Promover a diversidade cultural e o pluralismo;
- Reduzir as desigualdades entre indivíduos, regiões e países;
- Conservar e ampliar a base de recursos existentes;
- Aumentar as possibilidades de adaptação a perturbações naturais e antropogênicas;
- Desenvolver tecnologias eficientes e de baixo consumo de recursos, que sejam adaptadas às circunstâncias socioecológicas locais e que não signifiquem riscos importantes para as gerações presentes e futuras;
- Gerar estruturas produtivas de distribuição e consumo, que contemplem os serviços e bens necessários, propiciem o emprego total do trabalho com sentido, com a finalidade de melhorar as capacidades de desenvolvimento dos seres humanos.

2.2 Um breve histórico sobre economia solidária e suas implicações no meio rural

A economia solidária surge como uma resposta alternativa às contradições do modo de produção capitalista, em especial a separação dos trabalhadores dos meios de produção e as

consequências deste fato, como a submissão à exploração do trabalho assalariado, o desemprego (PITAGUARI, 2010).

Na história das sociedades capitalistas, a primeira grande tentativa de construção de um sistema produtivo solidário, em substituição modelo capital *versus* trabalho assalariado, surgiu na Grã-Bretanha, pouco tempo depois da revolução industrial. Em seu início (até hoje em alguns lugares) o capitalismo explorou os trabalhadores até a exaustão, incluindo mulheres e crianças, com elevadas jornadas de trabalhos, baixos salários e praticamente sem direito algum. Foi neste contexto que Robert Owen, um grande empresário do setor têxtil, em vez de explorar ao máximo seus trabalhadores, resolveu lhes proporcionar um tratamento generoso (redução da jornada de trabalho, fornecimento de escolas para os filhos de seus empregados, etc.). Porém, para o espanto e admiração geral dos capitalistas, o lucro de Owen aumentou, em função do aumento de produtividade do trabalho nas suas empresas e acabou atraindo muitos empresários a *New Lanark* (SINGER, 2002).

O sucesso de Owen foi tão significativo, que ele tentou induzir o governo britânico a financiar a construção de aldeias cooperativas autogestionárias, para produção agrícola e industrial, para que os pobres pudessem produzir sua própria subsistência. Após a ajuda inicial as cooperativas deveriam manter-se por conta própria, e isso seria mais barato do que ficar eternamente dando assistência aos pobres desempregados. O governo britânico não aprovou essa ideia, muito menos seus colegas capitalistas; o motivo é claro, ela continha o germe do socialismo. Owen não desistiu e empenhou sua própria fortuna nesta tentativa numa fazenda, em *New Harmony*, no Estado de Indiana, nos EUA. Sua ideia era que tal tentativa num meio social novo e, por isso, menos deteriorado, pudesse dar certo (SINGER, 2002).

Segundo Vieira, (2005)¹ “a comunidade era dividida em seis departamentos: agricultura; manufatura; literatura, ciência e educação; economia doméstica; economia geral; e comércio”. A tentativa fracassou devido a uma série de motivos. Primeiro, houve a exploração sofrida por Owen pelos seus parceiros capitalistas, que estavam mais preocupados com a especulação. Segundo, dada a heterogeneidade dos trabalhadores que lá moraram, verificou-se que nem todos tinham o espírito adequado para a vida em comunidade proposta por Owen, e que muitos estavam interessados na repartição individual da propriedade da terra. Adicionalmente houve crescente falta de participação nas assembleias para a tomada de decisões; este ponto destacado por Vieira

¹ Citações retiradas do trabalho de dissertação - PITAGUARI, S.O. A economia solidária no Brasil: políticas públicas e desenvolvimento local. 2010.140f. (Dissertação de Mestrado: Economia Regional). Universidade Estadual de Londrina. Paraná, 2010.

(2005)¹, pode ser um dos principais empecilhos para a consolidação de empreendimentos autogestionários ou mesmo do modo de produção socialista.

Ainda de acordo com Vieira (2005)¹ para o fracasso da experiência de *New Harmony* é fruto do comportamento de Owen, que tratava a comunidade como um empreendimento empresarial. Ele manteve a propriedade sobre a terra e benfeitorias e cobrou juros altos por tudo que oferecia, incluindo o dispendioso sistema educacional dos filhos dos trabalhadores, enquanto muitos deles estavam lá apenas para fugir do desemprego e aproveitar das condições oferecidas aos seus filhos. Para Owen, suas comunidades tinham que ser auto-sustentáveis e financiar a criação de outras.

Com o advento da Revolução Industrial, o acúmulo de capital foi maior, a sociedade passou por transformações na economia, na política e na cultura. A natureza se transformou, pois, a nova lógica de mercado exigia uma grande quantidade de matéria-prima para o aumento da produção e assim atender ao mercado consumidor, que por sua vez, extraía da natureza de forma desordenada, afetando diretamente o meio ambiente. Quanto a forma de produzir, foi se modificado na medida da evolução das máquinas, se antes da Revolução, a produção ocorria de forma manufatureira, a partir dela, o trabalho humano foi substituído pelas máquinas, o que ocasionou na época um alto índice de desemprego, salientando que os trabalhadores eram submetidos a péssimas condições de trabalho, sem nenhum direito trabalhista. Crianças e mulheres para contribuir com a renda familiar, também trabalhavam nas fábricas. O capitalismo industrial proporcionou o trabalho livre e assalariado, porém, veio camuflado de alienação e opressão para com o trabalhador, os mecanismos da exploração capitalista foram chamados por Karl Marx de mais valia, ou seja, o trabalhador produz um valor maior, diante do processo produtivo comparado ao salário que ele recebe por cada jornada de trabalho, e o excedente do valor produtivo fica com o dono da fábrica, permitindo o acúmulo de capitais.

Segundo Marx,

A economia política oculta a alienação na característica do trabalho enquanto não analisa a imediata relação entre o trabalhador (trabalho) e a produção. É evidente, o trabalho produz coisas boas para os ricos, mas produz a escassez para o trabalhador. Produz palácios, mas choupana para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas encaminha uma parte dos trabalhadores para um trabalho cruel e transforma os outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e a cretinice para os trabalhadores (MARX, 2001, p. 113).

O modelo capitalista fez surgir ações globalizadas que na maioria das vezes exclui o trabalhador, nesse caso, crescimento econômico nem sempre é sinônimo de desenvolvimento econômico. Diante dessa realidade, trabalhadores organizaram-se ao longo do tempo em sindicatos com o propósito de defenderem seus direitos e viram os empreendimentos solidários como alternativa a exploração assalariada.

Para Singer (2000, p. 10) a economia solidária é,

(...) é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismo estatais de redistribuição solidária da renda (...)

A economia solidária é uma possibilidade para vencer as adversidades impostas pelo sistema capitalista, nela, o dinheiro não é visto com algo principal, mas uma forma social de não explorar o meio ambiente e o trabalhador.

Para Arroyo e Schuch (2006), Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações com as seguintes características:

- 1) Coletivas, são organizações suprafamiliares, singulares e complexas, como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes e grupos produtivos;
- 2) Seus participantes ou sócios, são trabalhadores dos meios urbano e/ ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- 3) São permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- 4) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência;
- 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário.

O modelo econômico solidário acredita que todas as pessoas devem participar igualmente do processo de organização, produção e comercialização, todos são donos do empreendimento e valoriza o consumo solidário.

De acordo com Kruppa (2005, p. 27):

A economia Solidária é um meio de um contexto social que propõe a igualdade de condições e o direito à diferença. Igualdade de condições que elimina a sociedade hierárquica, propondo uma sociedade marcada por relações democráticas, onde diferenças entre os indivíduos possam acontecer sem gerar dificuldades. É, portanto, uma economia com defesa da igualdade e da inclusão de todos, não postulando,

contudo a defesa de idêntico. Uma economia que considera que as pessoas são diferentes e devem ter espaços para o exercício de suas diferenças.

Diante disso Gadotti (2009) destaca a importância da formação para cooperação, pois os participantes dessa economia precisam compreender que ela não é capitalista e isso só vai acontecer quando esses trabalhadores tiverem consciência do que estão praticando.

De acordo com Lopes (2008) são exemplos de empreendimentos solidários: cooperativas, associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbitos rural urbano); empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas recuperadas pelos/as trabalhadores/as); agricultores familiares; fundos solidários e rotativos de crédito (organizados sob diversas formas jurídicas e também informalmente); clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária); redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias; lojas de comércio justo; agências de turismo solidário; entre outras.

Para Gonçalves (2001), a Economia Solidária, elimina, além da marginalização do pequeno produtor familiar, o problema do desemprego, êxodo rural, degradação ambiental, diversificação da produção, dando assim um enorme passo, rumo ao processo de desenvolvimento sustentável da economia rural com a melhoria do nível de vida da população do campo.

2.3 Associativismo

No Brasil o associativismo rural foi intensificado, sobretudo a partir dos anos 1980 em virtude da crise econômica que se acarretou dentre outras mais organizações no meio rural possibilitando se contrapuser a realidade desfavorável, a partir dessa forma de organização que o espaço rural passou a ser mais estruturado (SOUSA, 2016).

O associativismo foi incentivado pela legislação, que aclamou a liberdade de associação com o artigo 174, § 2 da Constituição Federal Brasileira a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo. Determinou-se no artigo 5º, inciso XVIII, que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento (BRASIL, 1988).

Segundo Lageman (1986), o associativismo representa organizações providas de autonomia e de órgão de gestão democrática: assembleia geral, direção e conselho fiscal. Faz

parte de um processo não lucrativo, de livre organização de pessoas ou empresas para a obtenção de finalidades comuns, podem ser formais, legalmente organizadas, ou informais, sem valor legal.

Uma associação pode ser formada por um grupo de duas ou mais pessoas que se organizam para defender seus interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica (Cartilha Associativismo e Cooperativismo, 2007).

De acordo com Cardoso (2014), esse tipo de organização não tem como objetivo principal a atividade econômica, e sim a defesa dos interesses de um grupo de pessoas que descobriu na união de esforços uma solução mais prospera para determinados problemas.

Dessa maneira, podemos destacar os princípios do associativismo:

- Princípio da Adesão Voluntária e Livre: As associações são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas dispostas a aceitar as responsabilidades de sócios sem discriminação social, racial, religiosa, política e de gênero;
- Princípio da Gestão Democrática pelos sócios: As associações são democráticas, controladas por seus sócios, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisão, sendo os gestores eleitos pela maioria para atender a necessidade de todos;
- Princípio da Participação Econômica dos Sócios: Os sócios contribuem de forma justa e controlam democraticamente as suas associações através da deliberação em assembleia geral;
- Princípio da Autonomia e Interdependência: As associações podem entrar em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebimento do capital de origem externa, devem fazê-lo de forma a preservar seu controle democrático pelos sócios e manter sua autonomia;
- Princípio da Educação, Formação e Informação: As associações devem proporcionar educação e formação. Os dirigentes eleitos devem contribuir efetivamente para o desenvolvimento da comunidade. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação;
- Princípio da Interação: As associações atendem a seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento associativista trabalhando juntas, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;

- Interesse pela comunidade: As associações trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, estados e país através de políticas aprovadas por seus membros (Cartilha de Associativismo e Cooperativismo - Ufersa).

Assim que se tornam claros quais os princípios de uma associação, os interessados em criar uma precisam saber o que é preciso para montá-la. Os passos a serem seguidos, segundo a Cartilha Associativismo e Cooperativismo - Ufersa, são:

- Identificar o interesse de organização do local ou da sociedade;
- Comunicar a todos os moradores a intenção de formar uma associação;
- Na primeira reunião, apresentar os objetivos da associação, problemas enfrentados e possíveis soluções, minuta de um estatuto para a associação ou indicação de pessoas que elaborem a eleição da diretoria e do conselho fiscal, tendo a seguinte estrutura:

Tabela 1 - Estrutura da Associação

Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Presidente	O conselho fiscal é formado por seis pessoas, sendo três titulares e três suplente.
Vice-Presidente	
Primeiro Secretário	
Segundo Secretário	
Primeiro Tesoureiro	
Segundo Tesoureiro	

Fonte: Cartilha do Associativismo e Cooperativismo (s.d.) – Ufersa

- Concluída a reunião, é lavrada a ata, em livro próprio, relatando todos os fatos ocorridos. Em seu final ela é assinada por todos os presentes;
- Depois de fundada a associação, é preciso registrar a associação

Diante dos princípios defendidos pelo associativismo e da forma que se organizam, Lageman (1986) apresenta algumas vantagens para os associados, entre elas estão:

- O sentimento que os associados devem compartilhar, repartir os dividendos e ajudar-se nas dificuldades;
- Permite que seus associados atinjam objetivos maiores e de forma mais rápida do que se estivessem trabalhando sozinhos;

- Possibilita o crescimento pessoal e profissional, uma vez que, se houver interesse, as habilidades de uns podem ser aprendidas pelos outros, havendo uma troca de informação entre seus membros;
- As pessoas trabalham como parte de uma estrutura facilitando o processo de encontrar soluções para os problemas que surgem.

De acordo com o Manual de capacitação tecnológica social, associativismo é uma ferramenta imprescindível para que uma comunidade saia do anonimato e adquira maior alcance social, político, financeiro e econômico (MUMIC; AGUIAR; LIVRAMENTO, 2015).

Geralmente, o que impulsiona as pessoas a criar uma associação é o fato de perceberem que sozinhas teriam mais dificuldades em alcançar alguns objetivos. A relevância está exatamente no fato do associativismo trazer uma nova ideia de organização, a ideia de uma grande família trabalhando em prol de todos os membros. Segundo (DAYANA, 2012) “As pessoas que organizam, determinam os fins a serem alcançados pela entidade e agregam esforços para que tais objetivos sejam alcançados, permitindo assim, a construção de condições maiores e melhores”.

A decisão do produtor rural, do trabalhador rural e de suas famílias, de participar de uma associação representa, antes de mais nada, uma escolha consciente de buscar caminhos próprios que atendam suas necessidades, interesses e objetivos comuns.

O associativismo vem se tornando uma prática presente no meio rural e bastante eficaz, segundo Villela (2006), associativismo, formal ou informal, proporcionará condições para que o agricultor cresça, passando a assimilar melhor as técnicas agrícolas e administrativas, participando e interferindo, positivamente, no processo de comercialização. A agricultura em grupo proporciona condições para obtenção de resultados na economia de escala, na participação e capacitação, na utilização de máquinas e equipamentos, na oferta de trabalho, na preservação do meio ambiente, na estabilidade e renda, assim como, na utilização dos escassos serviços públicos.

Essas medidas serão decisivas para fixar o pequeno proprietário rural na terra, evitando a fuga do homem do campo para a periferia dos grandes centros urbanos, reduzindo, também, o fantasma do êxodo rural, que agrava drasticamente o desemprego, estimulando a marginalização e a criminalidade (BRASIL, 2016).

O associativismo no meio rural segundo Brasil (2016), se “constitui em alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e

pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência”.

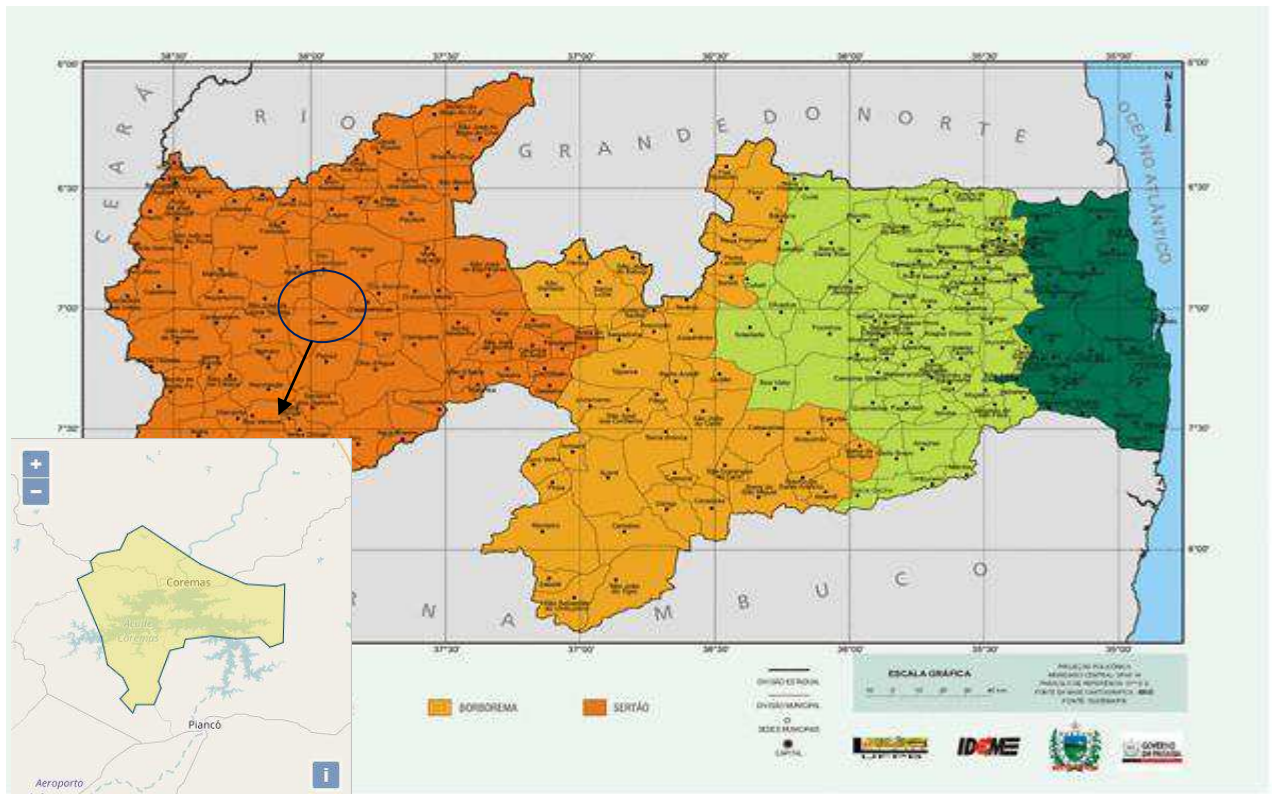
O associativismo rural pode ser entendido, como um instrumento de luta dos pequenos produtores, proporcionando a permanência na terra, elevação do nível de renda e de participação como cidadãos. (PEDROSO; JÚNIOR, 2008).

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Localização da Área de Estudo

A pesquisa foi desenvolvida no município de Coremas-PB, localizado a aproximadamente 390 km da capital João Pessoa e conta com uma população de 15.119 habitantes (IBGE, 2010). A referida pesquisa foi realizada no período de outubro de 2017 a setembro de 2018, com os assentados que residem na comunidade Riacho Grande na zona rural e Cruz da Tereza localizada na zona urbana, ambas pertencentes ao município de Coremas-PB.

Figura 1 – Localização do município de Coremas (onde se realizou a referida pesquisa)



Fonte: <http://ideme.pb.gov.br/servicos/mapas-tematicos/mesorregioes.pdf/view>

3.2 Coleta de dados

Os dados constantes da presente pesquisa foram obtidos mediante aplicação de questionários e entrevistas semiestruturados, aplicados diretamente aos produtores da comunidade Riacho Grande e Cruz da Tereza. Os questionários têm por base a metodologia

utilizada por Sousa (2003), Martins (2008), Sousa (2013) e Borges (2015). Foram entrevistados trinta produtores de cada associação do respectivo município (Apêndice A).

3.3 Obtenção de Índices

No presente estudo, o índice de sustentabilidade será calculado considerando várias variáveis que representam o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Para a elaboração do índice de sustentabilidade será necessária elaboração dos índices de qualidade de vida, capital social e ambiental.

3.3.1 Índice de Qualidade de Vida (IQV)

O Índice de Qualidade de Vida foi desenvolvido por Fernandes, Silva e Khan (1997) e define-se basicamente no estabelecimento de indicadores que constituíssem o índice, sendo esse a educação, saúde, habitação, aspectos sanitários, lazer e posse de bens duráveis. O Índice de Qualidade de Vida é definido matematicamente conforme a equação 01 e a contribuição de cada um dos indicadores para a formação do Índice são obtidos de acordo com a equação 02:

$$IQV = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left(\sum_{i=1}^m E_{ij} P_{ij} \right) \cdot \left(\sum_{i=1}^m E_{\max i} P_{\max i} \right)^{-1} \quad (1)$$

$$C_i = \left(\sum_{i=1}^n E_{ij} \cdot P_{ij} \right) \cdot \left[n \left(\sum_{i=1}^m E_{\max i} P_{\max i} \right) \right]^{-1} \quad (2)$$

Sendo: IQV: Índice de Qualidade de Vida; Eij: Escore do i-ésimo indicador, alcançado pelo j-ésimo produtor; Pij: Peso do i-ésimo indicador, alcançado pelo j-ésimo produtor; i:1,...,m (indicadores); j:1,...,n (produtores); Pmaxi: Peso máximo do i-ésimo indicador; Emaxi: Escore máximo do i-ésimo indicador; Ci: Contribuição do indicador (i) no IQV dos produtores.

A comparação entre os valores indicativos componentes do IQV dos produtores pesquisados foi realizada mediante avaliação dos seguintes indicadores, conforme exposto na tabela 01.

Tabela 2 - Comparação entre os valores indicativos dos componentes do IQV para os indicadores avaliados

Indicadores	Valores			
	0	1	2	3
1) Educação Escolas na comunidade	Ausência	Alfabetização	Fundamental 1	Fundamental 2
2) Saúde Serviços de saúde	Ausência	Primeiros socorros	Agente de saúde	Atendimento médico
3) Aspectos sanitários Tratamento da água	Nenhum Tratamento	Fervida, filtrada ou hipoclorito		
Destino dado aos dejetos humanos	Céu aberto ou enterrados	Fossa ou esgoto		
Destino dado ao lixo domiciliar	Solo ou queimado	Enterrado	Coleta Municipal	
4) Lazer Estrutura de lazer	Ausência	Campo de futebol	Salão de festas	Praça pública
5) Bens duráveis		Grupo 1*	Grupos 1 e 2	Grupos 1, 2 e 3

***Grupo 1:** rádio, ferro de engomar, liquidificador, bicicleta; **Grupo 2:** máquina de costura, equipamento de som, TV, fogão a gás; geladeira **Grupo 3:** Celular, computador, motocicleta, carro.

Conforme Khan e Silva (2002) O índice de qualidade de vida (IQV) de uma comunidade pode assumir valores compreendidos de zero a um. O IQV com valor situado de 0 a 0,499 indica um baixo nível de qualidade de vida; se o IQV situa-se acima de 0,5 até 0,799, pode-se afirmar que a comunidade possui médio nível de qualidade de vida, e IQV acima de 0,8 significa que essa comunidade possui elevado nível de qualidade de vida.

3.3.2 Índice de Capital Social (ICS)

Neste trabalho o capital social será estudado com o objetivo de mensurar a participação e o nível de envolvimento dos produtores nas associações agrícolas em cada área, considerou-se a participação dos produtores em associações e sindicatos. Atribuindo-lhes valores 0 (zero) para não participação e 1 para participação.

O Índice de Capital Social definido por Khan e Silva (2002) será obtido conforme a equação 03 e a contribuição de cada indicador na formação do índice será calculado de acordo com a equação 04.

$$ICS = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left(\sum_{i=1}^m E_{ij} \right) \left(\sum_{i=1}^m E_{\max_i} \right)^{-1} \quad (3)$$

$$C_i = \left(\sum_{j=1}^n E_{ij} \right) \left[n \left(\sum_{i=1}^m E \max_i \right) \right]^{-1} \quad (4)$$

Sendo: ICS: Índice de Capital Social; Eij: Escore do i-ésimo indicador, alcançado pelo j-ésimo produtor; i:1,...,m (indicadores); j:1,...,n (produtores); Pmaxi: Peso máximo do i-ésimo indicador; Emaxi: Escore máximo do i-ésimo indicador; Ci: Contribuição do indicador (i) no ICS dos produtores.

Quanto à operacionalização dos indicadores para efeito de composição do índice de capital social, será índices relativos à participação do produtor na associação agrícola e o fato de o mesmo ser ou não sindicalizado, atribuindo-lhes os escores dispostos na tabela 02.

Tabela 3 - Comparação entre os valores indicativos dos componentes do ICS para os indicadores avaliados

Indicadores	Valores	
	0	1
1) Participação ativa nas atividades da associação	Não	Sim
2) Apresentação de sugestões nas reuniões	Não	Sim
3) Apreciação e aprovação das sugestões em reuniões	Não	Sim
4) Decisões da associação aprovadas em reunião	Não	Sim
5) Decisões tomadas nas reuniões são executadas pela diretoria	Não	Sim
6) Investimentos realizados na associação são submetidos e aprovados nas reuniões	Não	Sim
7) Filiação ao sindicato rural	Não	Sim

O Índice de Capital Social (ICS) conforme Khan e Silva (2002) que apresentar valores situado de 0 a 0,499 será indicado de baixo nível; se o ICS situa-se acima de 0,5 até 0,799, pode-se afirmar que a comunidade possui índice médio, e ICS acima de 0,8 significa que essa comunidade possui elevado índice.

3.3.3 Índice Ambiental (IA)

Seguindo a metodologia proposta por Martins (2008), foram estabelecidos indicadores para a composição do índice ambiental com base em atividades desenvolvidas pelos produtores que promovam práticas conservacionistas e que são representativos para a avaliação ambiental e, a estes foram atribuídos valores de 0 a 2 (tabela 03).

Os valores que representa o índice ambiental foram calculados conforme a equação 04, e a contribuição de cada um de seus indicadores calculada de acordo com a equação 06.

$$IA = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left(\sum_{i=1}^m E_{ij} \right) \left(\sum_{i=1}^m E_{\max_i} \right)^{-1} \quad (5)$$

$$C_i = \left(\sum_{i=1}^n E_{ij} \right) \left[n \left(\sum_{i=1}^m E_{\max_i} \right) \right]^{-1} \quad (6)$$

Sendo: IA: Índice Ambiental; Eij: Escore do i-ésimo indicador, alcançado pelo j-ésimo produtor; i: 1,...,m (indicadores); j:1,...,n (produtores); Ci: Contribuição do indicador (i) no IA dos produtores.

Tabela 4 - Comparação entre os valores indicativos dos componentes do IA para os indicadores avaliados

Indicadores	Valores		
	0	1	2
1) Conservação do solo	Nenhum método	Práticas mecânicas	Práticas Biológicas
2) Controle fitossanitário	Agrotóxico	Nenhum método	Biológico
3) Uso do fogo	Sim	Não	
4) Evitar a degradação do solo	Não	Sim	

Os indicadores a que corresponderem com os maiores valores serão considerados melhores ou expressam maiores níveis de preservação ambiental. Assim, serão classificadas as comunidades nos seguintes níveis: elevado nível de preservação ambiental se $0,80 < IA < 1,00$; médio nível de preservação ambiental se $0,50 < IA < 0,799$; baixo nível de preservação ambiental se $0 < IA < 0,499$ (KHAN; SILVA, 2002).

3.3.4 Índice de Sustentabilidade (IS)

Para a composição do índice de sustentabilidade em particular, será utilizado os indicadores com base nos índices de Capital Social, de Qualidade de Vida e Ambiental.

Desta forma, o índice de sustentabilidade das comunidades será definido conforme a equação 7.

$$IS = \frac{1}{k} \sum_{h=1}^k I_h \quad (7)$$

Sendo: IS: Índice de Sustentabilidade; I: Escore do h-ésimo índice; h: 1,...,k (índices).

Quanto mais próximo de 1, maior será o indicador de sustentabilidade na área em estudo o. Para medir o grau de sustentabilidade, será considerado elevado nível de sustentabilidade se $0,80 < IA < 1,00$; médio nível de sustentabilidade se $0,50 < IA < 0,799$; baixo nível de sustentabilidade se $0 < IA < 0,499$.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade do Riacho Grande localizada no município de Coremas-PB foi fundada no dia trinta de março de 2003, onde os associados reuniram-se no salão da capela Manoel Amaro, contou com a participação da maioria da comunidade e lideranças, atualmente, a comunidade possui aproximadamente 200 associados. Na reunião houve uma votação direta e aberta para a escolha do conselho administrativo, com o mandato a partir de dois anos, foram eleitos por unanimidade o Sr. Antônio Freire Buriti (Presidente); Pedro Lacerda da Silva (Vice-presidente); Maria Sandra (1ª secretária); Maria José Gregório de Andrade (2ª secretária); Francisco Roberto de Andrade (1º tesoureiro) e José Ribamar Gregório (2º tesoureiro), quanto a formação do Conselho Fiscal e de suplentes, segue em anexo.

A comunidade Cruz da Tereza localizada no município de Coremas-PB, pertence a zona urbana, foi fundada no dia 18 de agosto de 2013, onde os associados reuniram-se na residência do Senhor Raimundo Nonato, ex presidente da associação. Após o falecimento do mesmo, ocorreu uma nova eleição, sendo eleito para o cargo o senhor José Francisco Soares Tomás. Atualmente, a diretoria administrativa é composta pelo presidente citado acima, tendo como vice presidente a senhora Edileusa Pereira de Araújo; Maria Leci Soares Tomás (1ª Secretária); Francisca Marta Virgulino da Silva (2ª Secretária); Francisco de Assis Lacerda da Silva (1º Tesoureiro); Maria José Marins Ursulina de Souto (2ª Tesoureira), quanto a formação do Conselho Fiscal e de suplentes, segue em anexo.

A participação dos associados, possibilitou verificar que diante das grandes dificuldades enfrentadas no meio rural e urbano, os mesmos sempre estiveram interessados em desenvolver alternativas viáveis que promovesse o progresso do assentamento e dos sujeitos nele inseridos.

Segundo os membros, “O associativismo é uma organização muito importante e de grande valia para as defesas do direito de todos, como cidadãos atuantes e representativos da sociedade onde vivem”. (Livro de Ata da Associação Riacho Grande, 2003, p. 2)

Figura 2 – Associação Riacho Grande município de Coremas-PB



Fonte: Pesquisador do estudo, 2017

Figura 3 – Associação Cruz da Tereza

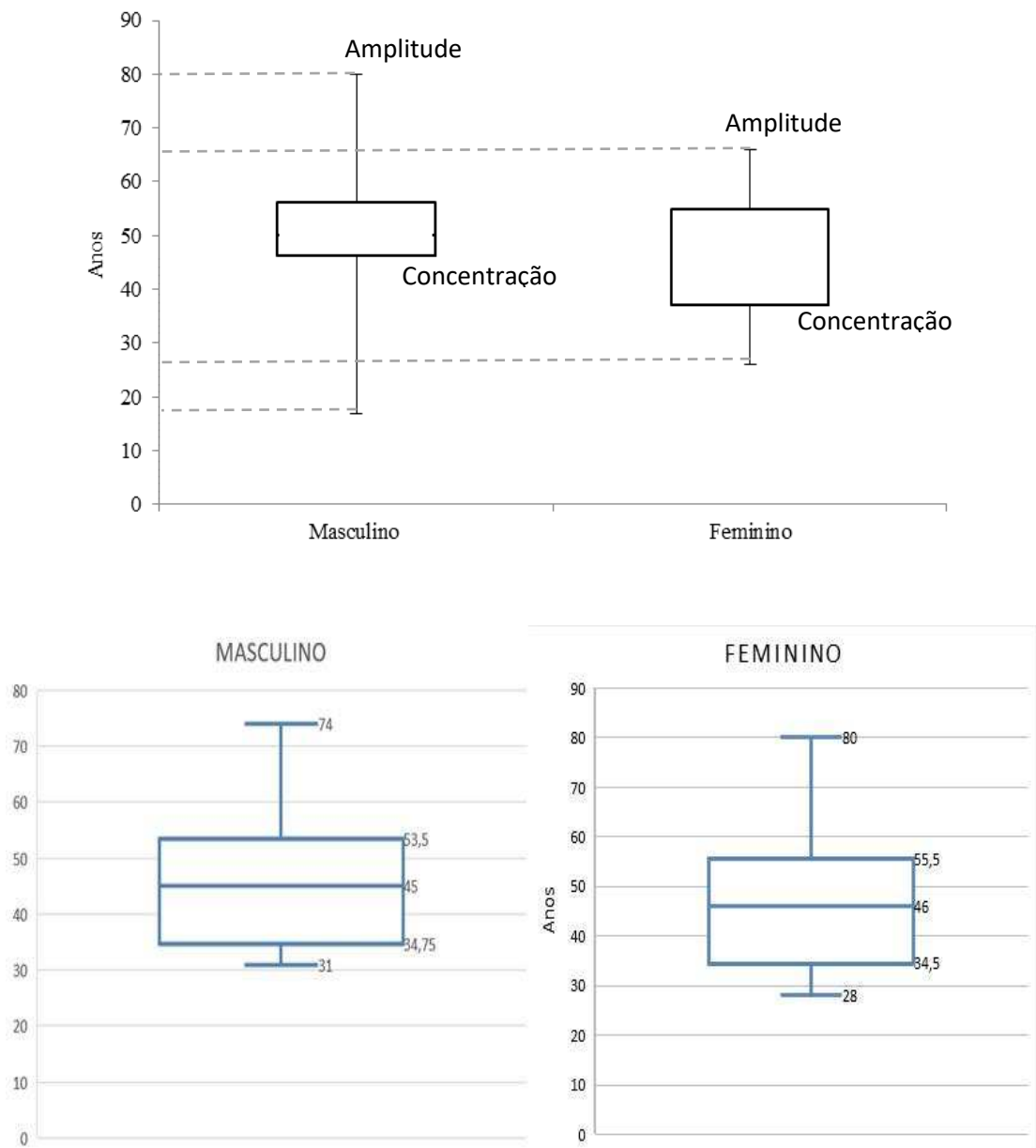


Fonte: Pesquisador do estudo, 2018

Os produtores rurais da comunidade Riacho Grande em relação a faixa etária, a amostra demonstrou-se predominância masculina com 69% e conseqüentemente a participação feminina com 31%. A faixa etária dos produtores masculinos apresentou maior amplitude, tendo a maior e menor idade registrada 80 e 17 anos respectivamente. Foi observado maior concentração entre o intervalo de 46 a 56 anos. A amostra do gênero feminino para a faixa etária apresentou mediana de 37 anos, maior concentração entre 37 a 55 anos, com amplitude de 26 a 66 anos. A média geral das idades dos produtores rurais da comunidade de Riacho Grande foi de 47 anos para os dois gêneros (Gráfico 1).

Com relação aos produtores rurais da comunidade Cruz da Tereza a amostra demonstrou-se predominância feminina com 63% e a masculina com 37%. A faixa etária das produtoras apresentou maior amplitude, tendo a maior e menor idade registrada 80 e 28 anos respectivamente. Foi observado maior concentração entre o intervalo de 34 a 55 anos. A amostra do gênero masculino apresentou menor amplitude, tendo a maior e menor idade registrada 74 e 21 anos respectivamente. Foi observado maior concentração entre o intervalo de 34 a 53 anos. A média geral das idades dos produtores rurais da comunidade de Cruz da Tereza foi de 46 anos para os dois gêneros (Gráfico 1.1)

Gráfico 1 - Representação gráfica da faixa etária de acordo com o gênero dos produtores rurais da comunidade Riacho Grande



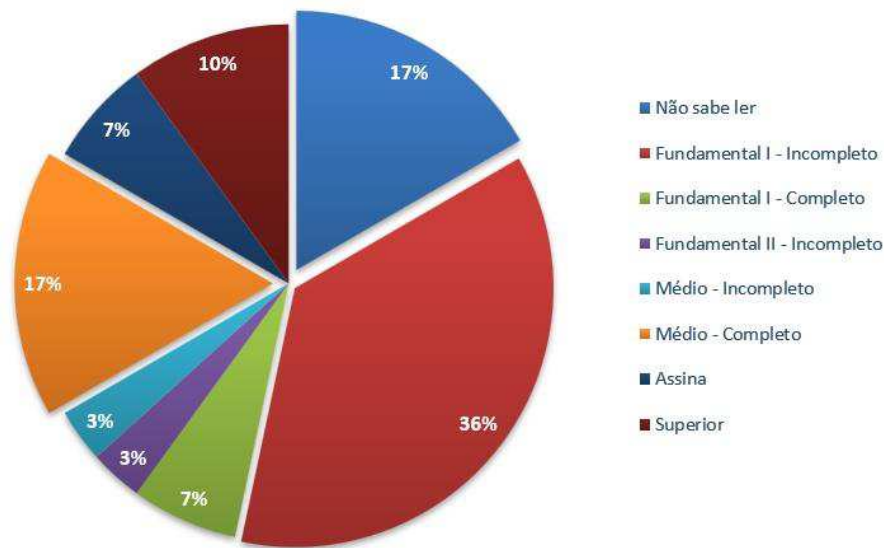
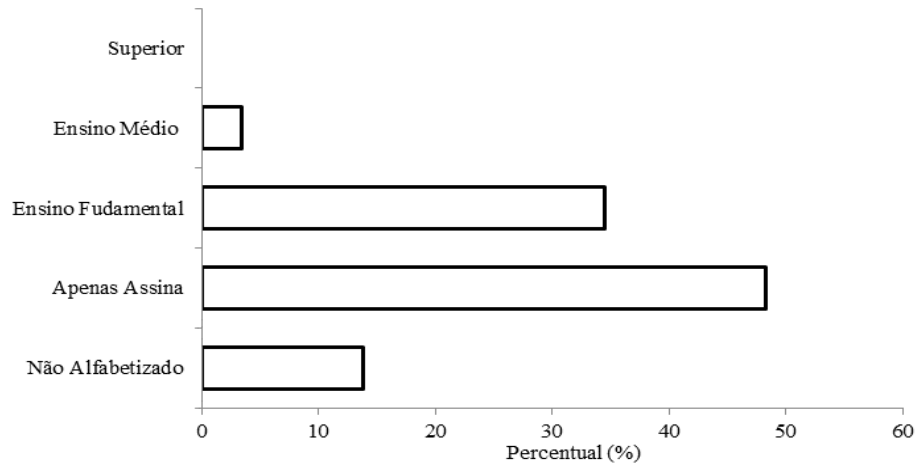
No Gráfico 2 observa-se que o grau de escolaridade dos produtores rurais, a comunidade Riacho Grande demonstrou-se diferente e com baixo índice educacional. Nenhum dos entrevistados possui curso superior, no que diz respeito ao ensino médio registrou-se 5%, no ensino Fundamental 35%, 50% apenas assinam e 15% não são alfabetizados.

O grau de escolaridade dos produtores da Comunidade Curz da Tereza apresentou de forma diversificada se comparada a comunidade Riacho Grande, porém ocorreu a permanência de um baixo índice educacional. Dos entrevistados 10% possui curso superior, no que diz respeito ao ensino médio completo, registrou-se 17% e incompleto 3%, possui o ensino fundamental II 3%, no ensino Fundamental I completo 7% e incompleto 36%, , apenas assinam 7% e 17% não são alfabetizados.

Tal realidade em ambas associações, associa-se as dificuldades de frequentar as escolas, pois começam a trabalhar muito cedo para contribuir com a renda familiar, há também a questão de se locomover no que diz respeito a comunidade Riacho Grande, já que a maioria dos municípios brasileiros disponibiliza transporte escolar de forma ineficaz, outra questão bastante interessante é a falta de políticas públicas voltadas para a atender as necessidades da escola do campo e também da zona urbana. Estes indivíduos precisam de oportunidades de educação com qualidade, com currículo que problematize e não despreze sua realidade e o seu trabalho, e com educadores qualificados para a realidade que se apresenta. Para Freire (1987) “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou sua construção”.

De acordo com (LUCENA, 2017) em trabalhos realizados no seridó norte rio grandense verificou-se que o nível de escolaridade dos habitantes das comunidades rurais próximas a área de estudo apontou uma porcentagem 27% de analfabetos.

Gráfico 2 - Perfil dos produtores rurais em relação ao grau de escolaridade na comunidade Riacho Grande



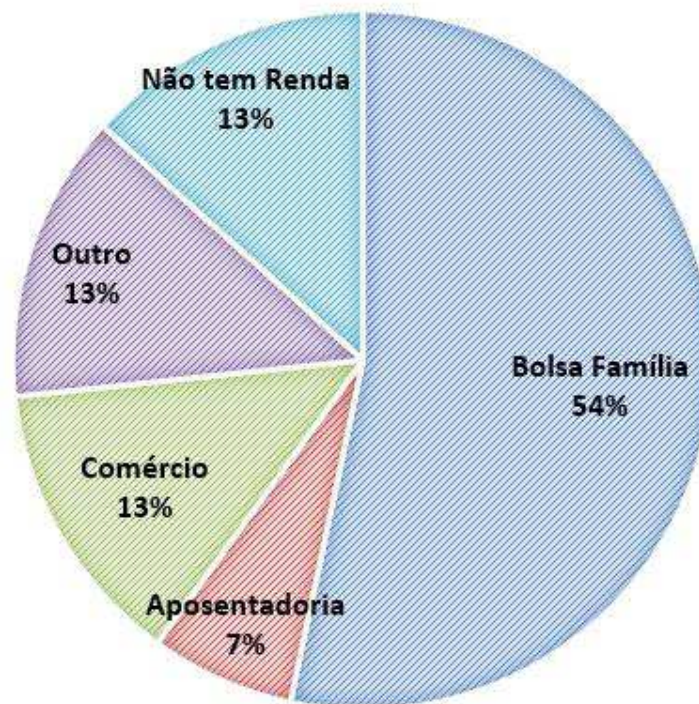
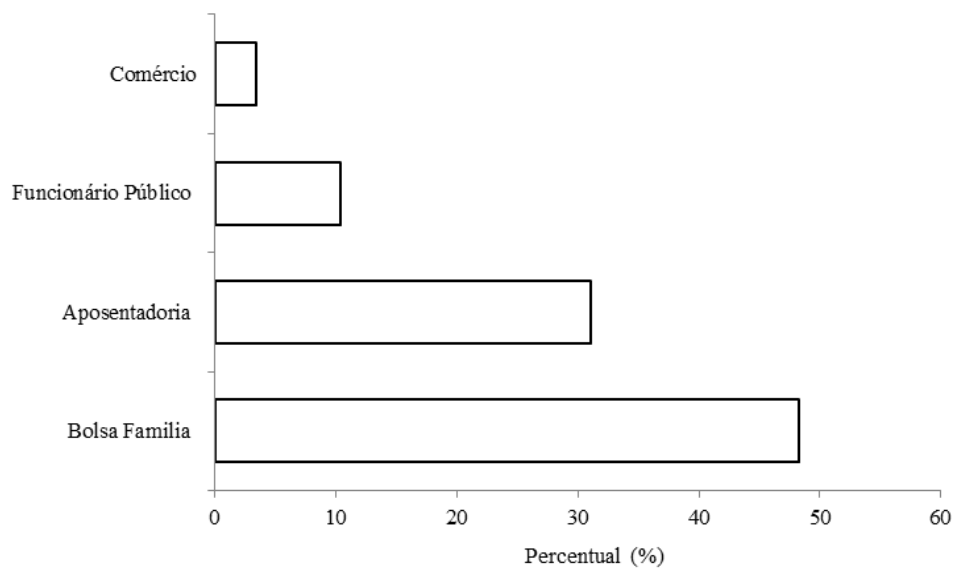
No gráfico 3 três buscou-se verificar as rendas não agrícolas dos produtores da comunidade Riacho Grande, 5% dos produtores tem sua renda retirada do comércio, 10% são funcionários públicos, 30 % possuem aposentadoria e 50 % dispõe da Bolsa Família.

Acerca das rendas não agrícolas dos produtores da Comunidade Cruz da Tereza, 54% tem sua renda retirada da Bolsa Família, 13% do comércio, 7% possuem aposentadoria, 13% desfruta de outra atividade e 13% não tem renda.

As rendas não agrícolas vem sendo algo bastante discutido. Segundo Ney e Hoffmann (2008), ela tem criado novas oportunidades de trabalho para a população residente no campo e alternativas de se obter ganhos superiores aos das atividades agrícolas, constituindo parcela crescente da renda rural. Diante disso, os produtores têm uma oportunidade a mais de

desenvolver atividades voltadas para o progresso do campo, seja por vias da agricultura familiar ou de atividades agropecuárias, e assim garantir uma qualidade de vida melhor e sua permanência no campo.

Gráfico 3 - Caracterização de rendas não-agrícolas dos produtores rurais da comunidade Riacho Grande



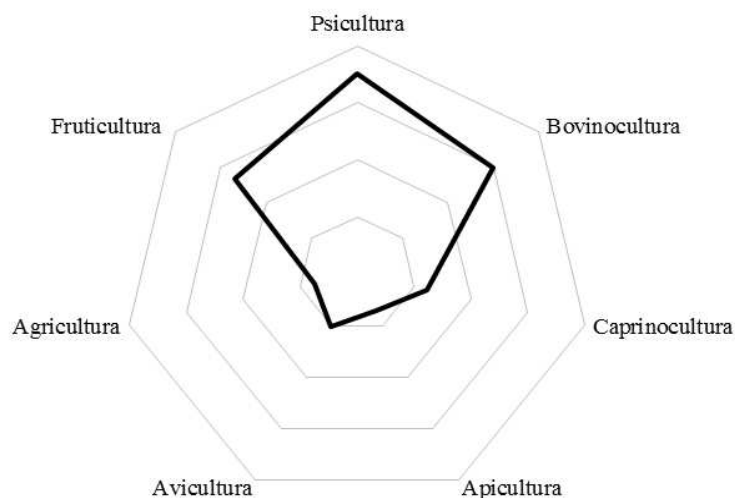
Entre as atividades agropecuárias realizadas pelos produtores rurais da comunidade Riacho Grande no município de Coremas-PB, a piscicultura e a bovinocultura são melhores avaliadas em relação ao fator econômico, pois essas se apresentam como as práticas mais

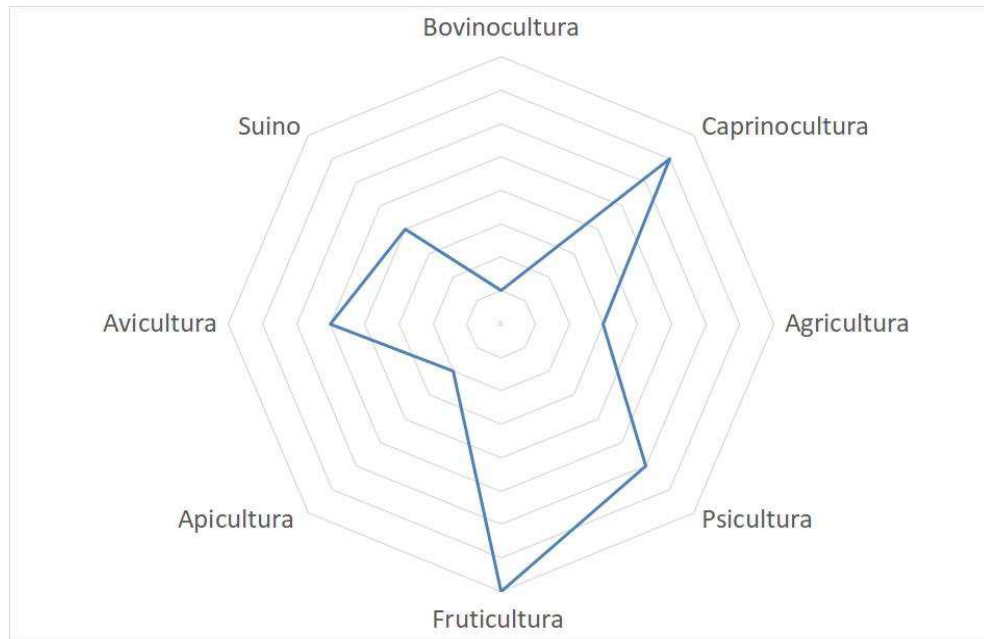
desenvolvidas pelos produtores, a bovinocultura destinada para a produção de carne e leite e a piscicultura destinada para a carne. Em relação as atividades agrícolas, a fruticultura e a agricultura seriam também alternativas econômicas viáveis para o desenvolvimento da comunidade, porém essas atividades foram afetadas pela crise hídrica dos últimos anos. Haja vista, que as memas são desenvolvidas atualmente para contribuir com o consumo familiar.

No tocante as atividades agropecuárias realizadas pelos produtores rurais da comunidade Cruz da Tereza, a fruticultura e a caprinocultura são as melhores avaliadas em relação ao fator econômico, pois a fruticultura é destinada uma parte para a venda e a outra para a subsistência, o que contribui de forma direta com a redução de gastos, quanto a caprinocultura é designada para a venda. Seriam também alternativas viáveis para a prosperidade da comunidade a piscicultura e a avicultura, essa que por sua vez contribui no consumo familiar. Alguns produtores atentaram também para uma possível tentativa de aplicar a apicultura dentro da produção, pois essa seria segundo os associados uma alternativa viável nos momentos de seca. “ Criar abelha é bom, pelo menos irá ajudar quando o açude não estiver cheio”. Ressaltando que essa atividade não foi citada pelos produtores da Comunidade Riacho Grande.

Isso demonstra que os associados necessitam conhecer mais práticas de convivência com o semiárido, na perspectiva de amenizar as pressões impostas pelo meio ambiente em momentos difíceis.

Gráfico 4 - Atividades desenvolvidas pelos produtores rurais caracterizadas conforme fator econômico na comunidade





O índice de qualidade de vida (IQV) da comunidade Riacho Grande demonstrou resultado médio de acordo com os parâmetros de caracterização (0,5 a 0,799) obtendo o valor de 0,6509. Esses resultados estão relacionados a insignificância dada aos setores da saúde, educação e lazer que apresentaram um indicador de 19%, a estrutura escolar necessita de amplo espaço, o ensino funciona de forma multisseriado, falta biblioteca e etc. no que diz respeito a saúde, a comunidade precisa se deslocar para outro setor, para receber atendimento, pois o posto existente, não funciona, em casos mais graves acionam o SAMU. Na comunidade existe alguns pontos de lazer (praça, igreja e bares). Outro indicador que também contribui para que o índice de qualidade de vida não seja melhor, é o aspecto sanitário, destacando com o percentual mais baixo, 14%, a maioria das casas dos entrevistados despejam os dejetos a céu aberto e a grande maioria queima o lixo produzido nas atividades diárias, o que implica diretamente na degradação do meio ambiente. Com relação aos bens duráveis o percentual indicou 29%, a maioria da comunidade dispõe desses bens.

A comunidade Cruz da Tereza apresentou um elevado nível de qualidade de vida, divergindo da Comunidade Riacho Grande, de acordo com os parâmetros de caracterização ficou acima de 0,8, a referida comunidade conseguiu o valor de 0,84. Esses resultados consistem na importância dada aos setores da saúde (18 %), habitação (18%), aspectos sanitários (24%) e bens duráveis (17%). A comunidade disponibiliza de um posto de saúde ativo, as casas dos produtores são de tijolos, a grande maioria possui uma boa parte de bens duráveis, a coleta de lixo é ofertada pelo município. Com relação a educação o percentual indicou (12 %), um baixo nível. Funciona uma escola na própria comunidade, a mesma oferta

o ensino fundamental I, porém, para melhorar o nível de educação dos produtores, seria preciso o beneficiamento do programa EJA (Educação de Jovens e adultos) ou até mesmo a ampliação do ensino fundamental, haja vista que as políticas públicas presentes são incipientes, necessitando de uma educação de qualidade. No que diz respeito ao lazer, a comunidade disfruta apenas de alguns bares, o que também seria viável o desenvolvimento de projetos que beneficiassem a qualidade de vida dos produtores e das outras pessoas que também habitam o local, mas não são associados.

Tabela 5 - Participação dos indicadores individuais na composição do Índice de Qualidade de Vida dos produtores rurais da comunidade Riacho Grande. Dados em valores absolutos e percentagem

Indicadores	Livramento	
	IQV	%
Educação	0,1250	19%
Saúde	0,1250	19%
Aspectos sanitários	0,0884	14%
Lazer	0,1250	19%
Bens duráveis	0,1875	29%
ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA (IQV)	0,6509	

Tabela 6 - Participação dos indicadores individuais na composição do Índice de Qualidade de Vida dos Associados da Comunidade Cruz da Tereza. Dados em valores absolutos e percentagem

Indicadores	Índice	%
Educação	0,1000	12%
Saúde	0,1500	18%
Habitação	0,1500	18%
Aspectos sanitários	0,2000	24%
Lazer	0,1000	12%
Bens duráveis	0,1400	17%
Índice de Qualidade de Vida	0,8400	

Na tabela 6 verifica-se o índice de Capital Social (ICS) que apresentou valor de 0,6355. Esse resultado é considerado como médio (0,5 a 0,799), algo que demonstra a participação ativa dos produtores nas atividades da associação a qual é filiado, porém é preciso que mais sugestões sejam colocadas para o desenvolvimento da associação, apenas 10% sugerem algo e 13% tem as suas sugestões apreciadas. Nesse sentido se faz necessário uma gestão democrática mais eficiente, já que a mesma representa um dos princípios do associativismo, ressaltando que os associados necessitam também de um espaço para que as reuniões sejam realizadas, pois as mesmas são executadas no salão da Igreja.

O Índice de Capital Social (ICS) da comunidade Cruz da Tereza revelou o valor de 0,53. Esse resultado é considerando médio, baseado no parâmetro de caracterização (0,5 a 0,799). Tal resultado, está associado a pouca participação ativa dos produtores nas atividades com a associação, apenas 13% participam, ressaltando que apenas 8% dos produtores apresentam sugestões nas reuniões, salientando que quando apresentadas são apreciadas nas reuniões, algo positivo para o desenvolvimento de uma gestão democrática. Somente 6% conhece a história da associação, isso aponta a falta de interesse por alguns dos associados de conhecer mais um pouco sobre a história local e sua importância para a defesa dos princípios do associativismo. “Segundo um produtor, ser associado é bom para ajudar a se aposentar mais rápido”.

Diante do exposto, é preciso refletir e valorizar os princípios do associativismo como também ocorrer uma maior articulação dos associados para lutarem por políticas públicas que garantam benfeitorias para a associação.

Tabela 7 - Participação dos indicadores individuais na composição do Índice de Capital Social dos produtores rurais da comunidade Riacho Grande. Dados em valores absolutos e percentagem

Indicadores	Livramento	
	ICS	%
Participação ativa nas atividades com a associação a qual é filiado	0,0985	16%
Apresentação de sugestões em reunião	0,0640	10%
Apreciação e aprovação nas reuniões das sugestões apresentadas	0,0837	13%
Apreciação e aprovação em reuniões das decisões da associação	0,0985	16%
Execução das decisões tomadas nas reuniões, pela diretoria	0,0985	16%
Submissão e aprovação dos investimentos da associação em reuniões	0,1034	16%
Filiação a sindicato rural	0,0887	14%
ÍNDICE DE CAPITAL SOCIAL (ICS)	0,6355	

Tabela 8 - Participação dos indicadores individuais na composição do Índice de Capital Social dos Associados da Comunidade Cruz da Tereza. Dados em valores absolutos e percentagem

Indicadores	Índice	%
Participação ativa nas atividades com a associação a qual é filiado	0,0700	13%
Apresentação de sugestões em reunião	0,0433	8%
Apreciação e aprovação nas reuniões das sugestões apresentadas	0,0833	16%
Apreciação e aprovação em reuniões das decisões da associação	0,0867	16%
Execução das decisões tomadas nas reuniões pela diretoria	0,0867	16%
Submissão e aprovação dos investimentos da associação em reuniões	0,0900	17%
Filiação a sindicato rural	0,0400	8%
História da Associação	0,0300	6%
Economia Solidária	0,0000	0%
Sustentabilidade da Associação	0,0033	1%
Índice de Capital Social	0,5333	

Na tabela 7, a comunidade Riacho Grande obteve o índice ambiental (IA) com o valor de 0,1149, que de acordo com os parâmetros disponíveis na metodologia esse valor é considerado baixo (0 a 0,5), uma das implicações para esse resultado é a insuficiência de práticas para evitar a degradação do solo e a não utilização de métodos biológicos para o controle fitossanitário das áreas de cultivo.

No que concerne à Comunidade Cruz da Tereza o índice ambiental (IA) atingiu o valor de 0,2698, baseando-se nos parâmetros acessíveis da metodologia esse valor é considerado baixo (0 a 0,5), as consequências estão relacionadas a inexistência de práticas de plantio para evitar a degradação do solo, outro fator é a utilização de agrotóxicos nas plantações (35% dos produtores) e a utilização do fogo em atividades agropecuárias (38% dos produtores).

O mesmo resultado referente ao índice ambiental (IA) foi encontrado nos resultados de (PINTO JUNIOR, 2016) em trabalho realizado no município de Santa Helena-PB; e (SOUSA, 2013) em assentamentos rurais nos municípios de Caraúbas-RN e Pombal-PB.

Desde então o sujeito deve buscar respeitar o meio natural, pois é através dele que consegue-se extrair toda a riqueza necessária para alcançar o progresso que tanto deseja-se, seja esses relacionado a valores econômicos ou sociais.

Tabela 9 - Participação dos indicadores individuais na composição do Índice Ambiental dos produtores rurais da comunidade Riacho Grande. Dados em valores absolutos e percentagem

Indicadores	Livramento	
	IA	%
É feita conservação do solo	0,0460	40%
Utiliza método de controle fitossanitário na unidade produtiva	0,0287	25%
Faz uso do fogo em atividades agropecuárias	0,0345	30%
Existe prática de plantio para evitar a degradação do solo	0,0057	5%
ÍNDICE AMBIENTAL (IA)	0,1149	

Tabela 10 - Participação dos indicadores individuais na composição do Índice Ambiental dos Associados da Comunidade Cruz da Tereza. Dados em valores absolutos e percentagem

Indicadores	Índice	%
É feita conservação do solo	0,0714	26%
Utiliza método de controle fitossanitário na unidade produtiva	0,0952	35%
Faz uso do fogo em atividades agropecuárias	0,1032	38%
Existe prática de plantio para evitar a degradação do solo	0,0000	0%
Índice Ambiental	0,2698	

Na tabela 8 verifica-se a composição do índice de sustentabilidade (IS) obtido a partir dos indicadores componentes da qualidade de vida, capital social e ambiental, para os produtores da Comunidade Riacho Grande, o índice de qualidade de vida (IQV), mesmo com todas as adversidades presentes, tiveram maior contribuição para a sustentabilidade na associação. O índice de sustentabilidade da comunidade apresenta o valor de 0,4671, sendo classificado de nível baixo de acordo com a metodologia de avaliação (Tabela 8). Tal resultado está relacionado a insignificância dada as práticas de conservação ambiental.

Tabela 11 - Participação dos índices na composição do Índice Sustentabilidade dos produtores rurais da comunidade Riacho Grande. Dados em valores absolutos e percentagem

Indicadores	Livramento	
	IS	%
Qualidade de Vida	0,2170	46%
Capital Social	0,2118	45%
Ambiental	0,0383	8%
ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE (IS)	0,4671	

Tabela 12 - Participação dos índices na composição do Índice Sustentabilidade dos Associados.... Dados em valores absolutos e percentagem

Indicadores	Índice	%
Qualidade de Vida	0,2800	51%
Capital Social	0,1778	32%
Ambiental	0,0899	16%
Índice de Sustentabilidade	0,5477	

Opondo-se a esse resultado a pesquisa de (PINTO JUNIOR, 2016) demonstrou o índice de sustentabilidade dos municípios de Santa Helena, São João do Rio do Peixe e Poço de José de Moura de nível médio, devido ao índice de qualidade de vida terem apresentado um percentual respectivamente de 40%, 45% e 39%. Já no município de Triunfo-PB, o nível de sustentabilidade foi caracterizado como baixo, em decorrência do índice de capital social (ICS) ter apresentado um percentual de 25%.

Contrário também ao resultado da Comunidade Riacho Grande, foi o índice de sustentabilidade (IS) da Comunidade Cruz da Tereza, obteve o valor de 0,5477, sendo considerando médio conforme os parâmetros de avaliação da metodologia (0,5 a 0,7). O que colaborou para assegurar tal resultado, mesmo diante das adversidades enfrentadas pela comunidade foi o índice da qualidade de vida (IQV) que apresentou o percentual de 51%. A referida associação não obteve um resultado mais significativo devido as práticas indevidas

com o meio ambiente, logo o índice ambiental apresentou um percentual de 16%, sendo considerado baixo para o nível de sustentabilidade.

Com relação ao item III do questionário aplicado que se refere ao conhecimento sobre as práticas da Economia Solidária, 100% dos associados das duas comunidades demonstraram não conhecer as mesmas. No entanto, as associações desenvolvem mecanismos relacionados ao associativismo, uma delas está relacionada a forma de como se organizam, porém os mesmo desconhecem o associativismo como um dos princípios da Economia Solidária.

Semelhante ao cooperativismo, o associativismo tem um importante papel no desenvolvimento social do campo como, ressalta (FRANTZ, 2012, p. 106).

A necessidade de se construir poder nas relações econômicas, sob controle dos associados, alimenta a esperança na cooperação como meio de valorização do trabalho e de seu poder de compra. Sempre de novo afloram novas organizações cooperativas. Hoje, o apelo à economia solidária e às iniciativas alternativas de organização cooperativa materializa o desafio à reconstrução de relações associativas e cooperativas, na economia de parcelas significativas da agricultura familiar. (FRANTZ, 2012, P. 106)

6 CONCLUSÃO

O nível de sustentabilidade dos produtores rurais da Comunidade Riacho Grande é caracterizado como um nível baixo (0,46), e o da Comunidade Cruz da Tereza nível médio (0,54), tendo a maior contribuição para obtenção desses resultados o índice ambiental (IA).

Diante do exposto, é preciso questionar e refletir sobre alguns impasses existentes no campo e na cidade. O mundo rural e urbano não é homogêneo, pelo contrário, é composto por diferentes realidades, existem e convivem nessas áreas estruturas socioeconômicas produtivas de grande diversidade, com uma produção voltada apenas para o mercado interno e externo, com a utilização de alta tecnologia e políticas de créditos específicas. Mas também, existe aqueles que vivem em condições precárias, que produz apenas para o autoconsumo, na maioria das vezes tem acesso nulo ou limitado ao crédito, recorre ainda a técnicas de produção tradicionais e uma grande parte não consegue se integrar no mercado externo.

Faz-se necessário desenvolver políticas públicas eficientes que garantam o desenvolvimento local e emancipatório do sujeito, para isso, é preciso garantir que os princípios do desenvolvimento sustentável e da economia solidária seja consolidado como alternativas viáveis para o florescimento das atividades do campo e da cidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Anais do seminário nacional de assistência técnica e extensão Rural. Uma nova extensão para a agricultura familiar.** 1997. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=Anais+do+semin%C3%A1rio+nacional+de+assist%C3%A2ncia+t%C3%A9cnica+e+extens%C3%A3o+Rural.+Uma+nova+extens%C3%A3o+para+a+agricultura+familiar.+1997>. Acesso em: 07 fev. 2014.
- ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia Popular e Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO POVOADO DO RIACHO GRANDE. Coremas-PB. **Ata da reunião realizada no dia 30 de março de 2003.** Livro 1, p. 2.
- BELLEN, H. M. V. **Indicadores de desenvolvimento sustentável** – um levantamento dos principais sistemas de avaliação. In: Anais do ENANPAD, 2002, Salvador, Anais... 2002.
- BIANCHINI, V. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural.** Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia. REDCAPA – Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe. Rio de Janeiro, 2005.
- BORGES, M. da G. B. **Estudo sobre a sustentabilidade:** aspectos socioeconômicos e ambientais em cinco associações de apicultores no sertão da Paraíba. Pombal PB: Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais–PPGSA). 2015, 60f.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** 2011. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 11 set. 2014.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo rural.** 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>>. Acesso em: 03 mai. 2017.
- CAMPOS, C. A.; RIBEIRO, F. L. **Aplicação da ferramenta Dashboard of Sustainability no processo de avaliação do desenvolvimento sustentável na agricultura familiar.** In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2007. Londrina, Anais... 2007.
- CARDOSO, Univaldo Coelho *at al.* **Associação.** Brasília: Sebrae, 2014.
- Cartilha Associativismo e Cooperativismo. **Instituto Ecológica.** Palmas-TO. 2007.

CARVALHO, J. R. M. de; CURI, W. W. F; CARVALHO, E. K. M. de A, CURI, R. C. **Proposta e validação de indicadores hidroambientais para bacias hidrográficas:** estudo de caso na sub-bacia do alto curso do Rio Paraíba, PB. Revista Sociedade e Natureza, Uberlândia, v. 23, n. 2, agosto 2011.

CASTRO, César Nunes de. **A agricultura no nordeste brasileiro:** oportunidades e limitações ao desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

CORAGGIO, José Luis. **Economia do trabalho.** In: Economia Solidária. Cadernos da Fundação Luiz Eduardo Magalhães. Salvador: FLEM, 2003.

COSTA, Pedro. **Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de economia solidária e os seus desafios gerenciais:** estudo de caso do município de Cachoeirinha. (Dissertação de mestrado). Programa de pós-graduação em administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DAYANA, B. S. **A importância do Associativismo para o Desenvolvimento Local:** um estudo de caso na associação dos artesãos em couro de tilápia na cidade de Piranhas/AL. Monografia - Faculdade Sete de Setembro-FASETE, Paulo Afonso. 2012.

DIAS, Aline. **Garantia-Safra:** mais segurança para os agricultores familiares. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2015. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/garantia-safra-mais-seguran%C3%A7a-para-osagricultores-familiares#sthash.ii8IcYBU.dpuf>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

FAO - Organização das nações unidas para a alimentação e agricultura. **O aumento populacional e os desafios da segurança alimentar.** FAO debate produção e demanda mundial por alimentos no Fórum Sebrae de Conhecimento. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/apdsa.asp>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

FERNANDES, A. V.; SILVA, L. M. R.; KHAN, A. S. **Reserva extrativista do Rio Cajari:** sustentabilidade e qualidade de vida. Revista de economia e sociologia rural. v. 35, n. 3. p. 119-140. 1997.

FRANÇA FILHO, Genauto LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária:** uma abordagem internacional. Rio Grande do Sul. Editora da UFGS. 2004.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária.** 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como Práxis Pedagógica.** Editora Livraria Instituto Paulo Freire, (Série Educação Popular). SP, 2009.

GONÇALVES, Jackson Eduardo. **Economia solidária:** Solução eficiente para a Agricultura Familiar. Campo Belo, 2001. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/881.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

GUANZIROLI, Carlos et al.: **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **A participação da agricultura familiar no PIB do Brasil e de seus estados (2006-2008)**. Brasília: NEAD, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA–IBGE. **Produção Da Pecuária Municipal – PPM 2013**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2013/default.shtm>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

KHAN, A. S; SILVA, A. T. B. **Reforma agrária solidária, assistência técnica e desenvolvimento rural no estado do Ceará**. Revista Econôminca do Nordeste, Fortaleza, v. 33, n. 3, 2002.

KRUPPA, S. M. P. (Org). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005.

LAGEMAN, Gerson Volney. **Associativismo**. 1986. Disponível em: <<http://www.joinville.udesc.br/portal/professores/gerson/materiais/ASSOCIATIVISMO.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

LOPES, A. K. F. K. **Economia solidária: o caso dos agricultores familiares associados a cooesperança**, Santa Maria, RS. 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo, SP. p. 420-445, 2008.

LUCENA, H. R. A. **Nível de sustentabilidade de produtores rurais no município de Caicó-RN**. Universidade Federal de Campina Grande, Pombal. 2017. 35 p.

MASERA, Omar; ASTIER, Marta; LÓPEZRIDAURA, Santiago. **Sustentabilidade y manejo de recursos naturales**. El marco de evaluación MESMIS. México, 2000.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARX, Karl. **Manuscrítos econômicos filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Evolução do Pronaf**. 2012.

MELLO, Roxane Lopes de; DIAS, Nelson Wellausen. **Agricultura familiar sustentabilidade social e ambiental**. XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2008.

MUMIC, Bianca; AGUIAR, Karoline Aparecida Pimenta; LIVRAMENTO, Darlan Einsten do. **A importância do associativismo na organização de produtores rurais**. ISSN 2238-782X.São Sebastião do Paraíso, v. 5, n.1, dez. 2015.

NASCIMENTO, L. F. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2012.

NEY, M. G; HOFFMAN, R. **A contribuição das atividades agrícolas e não agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil**. Econ. Apl. Vol. 12 no. 3. Ribeirão Preto July/Sept. 2008.

PEDROSO, I. L. P. B.; JÚNIOR, J. C. **Produção familiar e associativismo**: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de Taquaraçu Grande – Palmas (TO). Campo – Território: revista de geografia agrária, Uberlândia, v.3, n. 5, p. 162-194, fev. 2008.

PINTO JUNIOR, V. M. **Sustentabilidade agropecuária em quatro Municípios do Sertão paraibano**. 2016. 40 f Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais – PPGSA). 2016.

PITAGUARI, S.O. **A economia solidária no Brasil: políticas públicas e desenvolvimento local**. 2010.140f. (Dissertação de Mestrado: Economia Regional). Universidade Estadual de Londrina. Paraná, 2010.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O Desafio da Agricultura Familiar**. Revista Agroanalysis, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>>. Acessado em: 19 jan. 2016.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEI. **Empreendimentos solidários na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte da Bahia**. Salvador, 2004. Série estudos e pesquisa: 69.

SILVA, Josenildo de Souza e (ORG.). **Pernambiental**: construção participativa e regional da legislação ambiental de Pernambuco. Recife: Editora: Gráfica Santa Maria, 2010.

SINGER, P.; SOUSA, A. R. **A economia solidária no Brasil**: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUSA, L. C. F. **Sustentabilidade da apicultura**: aspectos socioeconômicos e ambientais em assentamentos rurais no semiárido paraibano. 2013. 68f. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) – Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, 2013.

SOUSA, M. C. **Estudo sobre a sustentabilidade da agricultura familiar em assentamentos de Reformas Agrárias no município de Mossoró-RN**. 2003. 118f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2003.

SOUZA, Fábio Batista de. **Associativismo Rural**: uma análise da Associação Comunitária Barra da Espingarda em Caicó/RN. Caicó: UFRN, 2016.

TIRIBA, Lia. **A economia popular e solidária no Rio de Janeiro**: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. Paul Singer e André Ricardo (orgs.). 2. ed. São Paulo. Contexto, 2003.

VEIGA, J. E. **Problemas da transição à agricultura sustentável**. Estudos econômicos, São Paulo, v. 24, n. especial, p. 9-29, 1994.

VIEIRA, Fabiano M. **Coerência e aderência da economia solidária**: Um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul. 2005. 468f. Tese (Doutorado em

Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2005.

VILLELA, Mario Hamilton. **A importância do associativismo para a pequena propriedade rural**. 2006. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/artigo/1352/a-importancia-do-associativismo-para-a-pequena-propriedade-rural>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

ZIBETTI, D. W. **Teoria tridimensional da função da terra no espaço rural**. Curitiba: Jeruá, 2005. 154p.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

APÊNDICE A – Questionário para os assentados

ASSENTAMENTO:

I – IDENTIFICAÇÃO DO (A) ASSENTADO (A)

Nome/Apelido: _____

Sexo: Masculino Feminino Idade: _____

Município/Comunidade de origem: _____

II – PERFIL SOCIAL DOS PRODUTORES

1) Estado civil do(a) responsável pelo projeto:

Casado(a) Solteiro(a) Viúvo(a) Separado(a) União consensual

2) Número de membros da família: (quantificar)

	Residem no Assentamento	Residem fora do Assentamento (*)
Crianças (0 a 10 anos)	() h () m	() h () m
Jovens (11 a 21 anos)	() h () m	() h () m
Adultos (22 a 59 anos)	() h () m	() h () m
Idosos (60 em diante)	() h () m	() h () m

(*) considerar cônjuge e/ou filho(a).

3) Escolaridade do responsável pelo projeto:

<input type="checkbox"/> Não sabe ler	<input type="checkbox"/> Fundam I (incompleto)	<input type="checkbox"/> Fundam II (incomp)	<input type="checkbox"/> Médio (incomp)	<input type="checkbox"/> Superior (incomp)
<input type="checkbox"/> Assina	<input type="checkbox"/> Fundam I (completo)	<input type="checkbox"/> Fundam II (comp)	<input type="checkbox"/> Médio (comp)	<input type="checkbox"/> Superior (comp)

4) Bens que possui:

<input type="checkbox"/> Rádio	<input type="checkbox"/> Ferro de engomar	<input type="checkbox"/> Liquidificador	<input type="checkbox"/> Bicicleta
<input type="checkbox"/> Máquina de costura	<input type="checkbox"/> Equipamento som	<input type="checkbox"/> TV preto e branco	<input type="checkbox"/> Fogão a gás
<input type="checkbox"/> TV colorido	<input type="checkbox"/> Geladeira	<input type="checkbox"/> Antena parabólica	<input type="checkbox"/> Moto
<input type="checkbox"/> Carro			

5) Tratamento dado à água para consumo humano

Nenhum tratamento Fervida, filtrada ou hipoclorito de sódio

6) Destino dado aos dejetos humanos

Jogados a céu aberto Enterrados Dirigidos à fossa ou esgoto Outro: _____

7) Destino dado ao lixo domiciliar

Jogados a céu aberto Queimado Enterrado Outro: _____

8) Agrovila

Casa de taipa Casa de tijolo, sem reboco nem piso

Casa de tijolo, com reboco e piso

9) As casas possuem cisternas?

Sim Não

10) O Assentamento possui escola?

Sim Não Se SIM, até que série?

11) O Assentamento possui Posto de Saúde?

Sim Não

12) Quais tipos de atendimento de saúde são oferecidos ao assentamento?

Primeiros socorros Agente de saúde Atendimento médico

13) Qual tipo de iluminação é ofertado para o assentamento?

Lampião Energia elétrica

14) No assentamento possui?

Campo de Futebol Salão de festas Praça pública

III – ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO

15) Você participa ativamente das atividades com a associação a qual é filiado? Não

Sim Não

16) Nas reuniões você costuma apresentar sugestões?

Sim Não

17) As sugestões apresentadas são apreciadas e aprovadas nas reuniões?

Sim Não

18) Todas as decisões da associação são apreciadas e aprovadas em reuniões?

Sim Não

19) As decisões tomadas nas reuniões são efetivamente executadas pela diretoria?

Sim Não

20) Os investimentos que a associação realiza, são submetidos e aprovados nas reuniões?

Sim Não

21) É filiado a sindicato rural?

Sim Não

22) Você conhece a história da associação?

Sim Não

23) Já ouviu falar em economia solidária?

Sim Não

24) Você sabe a importância da agricultura familiar?

Sim Não

25) Você conhece a importância da sustentabilidade para a associação?

Sim Não

IV – INDICADORES AMBIENTAIS

26) Nos últimos 12 meses realizou alguma atividade de plantio?

Sim Não Caso não, por quê? _____

27) A conservação do solo é feita através de:

Nenhuma prática Práticas mecânicas Práticas biológicas

28) Que método de controle você utiliza na unidade produtiva?

Agrotóxico Nenhum método Biológico

29) Faz utilização de fogo em atividades agropecuárias?

Sim Não

30) Caso afirmativo, com que frequência?

Só na derrubada Limpar folhas e lixos Todos os anos Outro: _____

31) Existe alguma prática de plantio para evitar a degradação do solo?

Sim, qual(ais)? _____ Não

V – INDICADORES PRODUTIVOS

32) Há quanto tempo (em anos) trabalha em atividades agropecuárias? _____

33) Sua família possui alguma renda não-agrícola?

Sim Não

34) Caso afirmativo, qual (ais)?

Aposentadoria / pensão Bolsa: _____ Comércio Diarista Outra: _____

35) Vende a mão de obra para alguma empresa da região?

Sim Não

36) Das atividades a seguir, identifique da melhor a pior economicamente: (1º, 2º, 3º, ...)

Apicultura
 Caprinocultura
 Fruticultura
 Cultura de sequeiro
 Outra: _____

37) Produção individual dos últimos 12 meses quanto à pecuária: (Responder se tiver produção).

Espécie	Quanto produziu no último ano?					
	Corte (*)		Leite (*)		Ovos (*)	
	Consumo	Venda	Consumo	Venda	Consumo	Venda
Bovino					-----	-----
Caprino					-----	-----
Ovino					-----	-----
Suíno			-----	-----	-----	-----
Galinhas			-----	-----		

(*) lembrar de explicitar a unidade (kg, saca, arroba, litro, balde de 'x' litros, etc.)

38) Produção individual dos últimos 12 meses na Agricultura: (Responder se tiver plantado).

Cultura	Destino da produção (*) do que foi colhido	
	Consumo / forragem	Venda
Milho		
Feijão		
Algodão		
Sorgo		
Melancia		

(*) lembrar de explicitar a unidade (kg, saca, arroba, etc.)

VI – INDICADORES PRODUTIVOS SOMENTE PARA APICULTORES

39) Quanto à produção de mel:

Produção mel/ano	Quantas colmeias	Produção (Unidade)
1º ano / 19____		
2º ano / 19____		
Atualmente		

40) Você considera que a atividade de apicultura:

- Dá prejuízo Apenas cobre os custos Pouco lucrativa
 Lucrativa Muito lucrativa

41) Trabalha em parceria na apicultura?

- Sim, com ____ apicultores Sim, com ____ familiares Não

42) As abelhas trazem benefício ou malefício? Em caso afirmativo, mencione:

	Seres humanos	Plantas	Animais
Benefícios			
Malefícios			

44) Produz:

- Mel Polinização p/ agricultura Cera
 Própolis Geleia real Apitoxina

45) Fez curso de apicultura?

- Sim, com o instrutor _____, através da Instituição: _____
 Não

46) Participa de eventos relacionados à apicultura?

- Sim Não

VII – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES (Anotações do entrevistador, se necessário):

Entrevistador: _____

Data: ____/____/2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

APÊNDICE B – Questionário para as lideranças dos assentamentos

ASSENTAMENTO:

I – IDENTIFICAÇÃO DA LIDERANÇA

Sexo: Masculino Feminino Idade: _____

Nome: _____ Apelido: _____

Município/Comunidade de origem: _____

Cargo/Função: _____ Associação: _____

II – PERFIL SOCIAL DOS PRODUTORES

1) Agrovila

Casa de taipa Casa de tijolo, sem reboco nem piso

Casa de tijolo, com reboco e piso

2) As casas possuem cisternas?

Sim Não

3) O Assentamento possui escola até que série?

4) Como e para onde os estudantes das séries posteriores se deslocam para estudar? Quem financia o transporte?

5) Quais as formas de atendimento à saúde (incluindo dentista) no assentamento?

6) Em casos mais graves, como ocorre a locomoção do paciente, para onde e financiada por quem?

7) Quais as estruturas de lazer disponíveis no assentamento?

III – INDICADORES PRODUTIVOS

8) Comente sobre o que tem sido produzido no assentamento (agricultura e pecuária), desde a fundação:

9) Quais as principais fontes produtivas de renda no assentamento hoje?

IV – INDICADORES PRODUTIVOS SOBRE APICULTURA

10) Quando, como e por que os assentados entraram na apicultura?

11) Quantos iniciaram e quantos deixaram de produzir mel?

12) Existe casa de mel?

Sim Não

13) Em caso afirmativo, responda:

É individual É coletiva, para _____ produtores

14) Quais órgãos (públicos, ONG's, Cooperativas, etc) estão contribuindo para a apicultura no assentamento? Como?

15) O mel é o principal produto da apicultura no assentamento? Produz ou não outros itens? Por que?

16) Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela apicultura no assentamento? Como superar?

17) Como tem sido feita a comercialização da apicultura, desde o início até o momento? (historificar)

18) Você acha que todos os assentados deveriam trabalhar com apicultura? Por que?

19) Como você vê o potencial apícola do município?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

APÊNDICE C – Declaração de Autenticidade

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do Trabalho Monográfico, intitulado: Sustentabilidade e economia solidária na associação riacho grande no município de Coremas-PB.

Estando ciente das sanções legais previstas ao plágio. Portanto, ficam a instituição UFCG e a Prof^{ra}. Me. Sc. Aline Carla de Medeiros e o Prof. Dr. Sc. Patrício Borges Maracajá, isentos de qualquer ação negligente da nossa parte, pela veracidade e originalidade desta obra. Declaro que o trabalho de conclusão de curso para a obtenção do título de especialista, a ser apresentado nesta universidade, é original e que todas as citações estão corretamente identificadas.

Tenho consciência de que plágio consiste na reprodução de uma obra alheia e submissão da mesma como trabalho próprio, ou na inclusão, em trabalho próprio, de ideias, textos, tabelas ou ilustrações transcritos de obras de terceiros sem a devida e correta citação da referência. Estou ciente de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Campina Grande, PB ____ / ____ / ____

Autor

CPF nº. _____

RG nº. _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

APÊNDICE D – Declaração de observância das prescrições da ABNT e da norma culta da língua portuguesa no trabalho de conclusão de curso

Eu, CIBELLY GARRIDO OLIVEIRA, aluna do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, ofertado pela Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos e Solidários/ UFCG, declaro que entreguei nesta data o trabalho de conclusão de curso para a obtenção do título de especialista, a ser apresentado nesta universidade, devidamente redigido conforme as prescrições formais estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em versão atualizada.

Constituindo uma Monografia, em prosa científica, declaro que o texto foi submetido à revisão e encontra-se de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa.

Campina Grande, PB ____ / ____ / ____

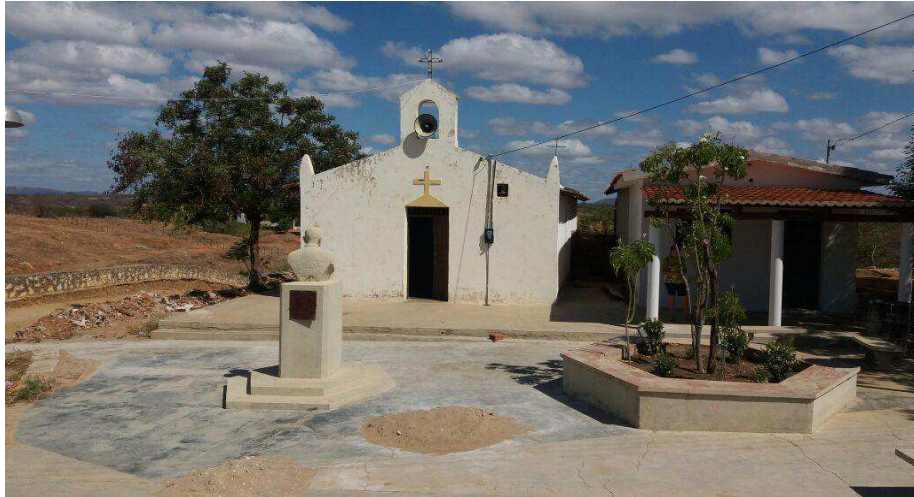
Autor

CPF nº. _____

RG nº. _____

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO
APÊNDICE E – Fotos da Pesquisa na Associação Riacho Grande**

Figura 4 - Pracinha, Capela e Seda da Associação



Fonte: Pesquisador do estudo, 2017

Figura 5 - Entrevista



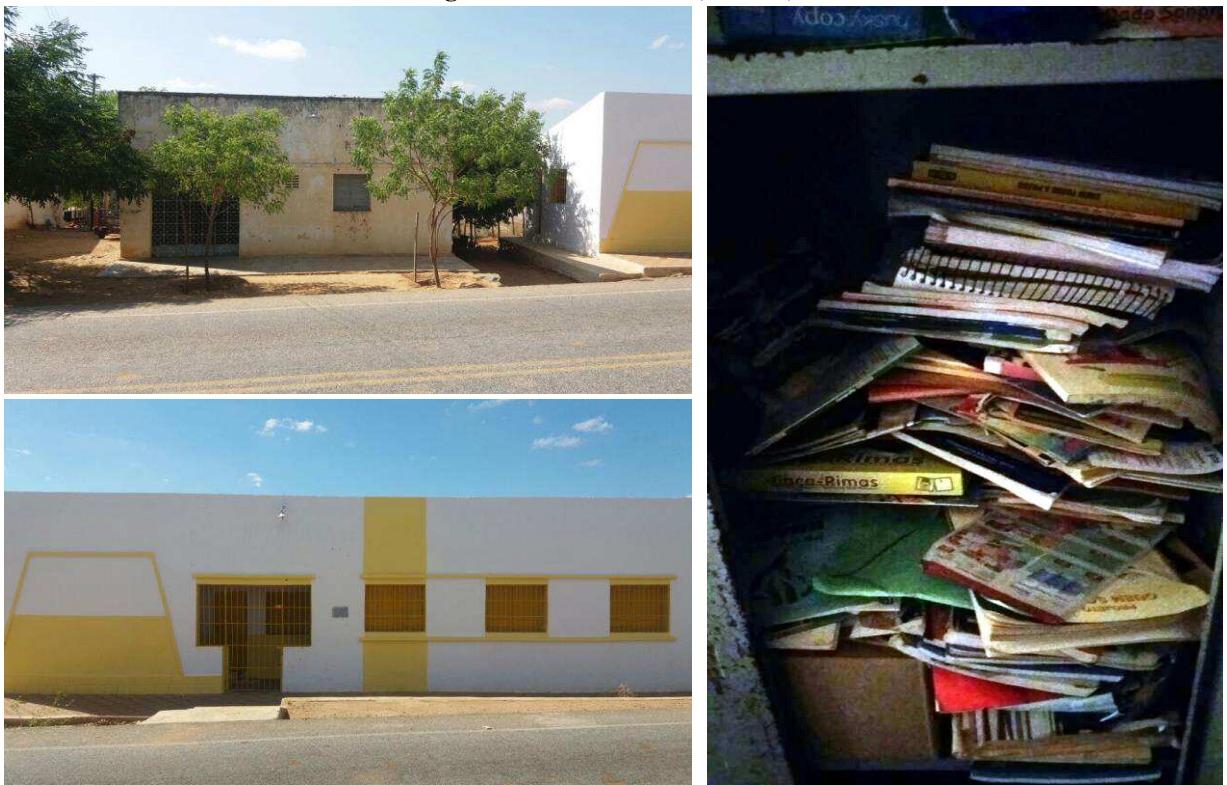
Fonte: Pesquisador do estudo, 2017

Figura 6 - Alguns associados



Fonte: Pesquisador do estudo, 2017

Figura 7 - Posto Médico (fechado)



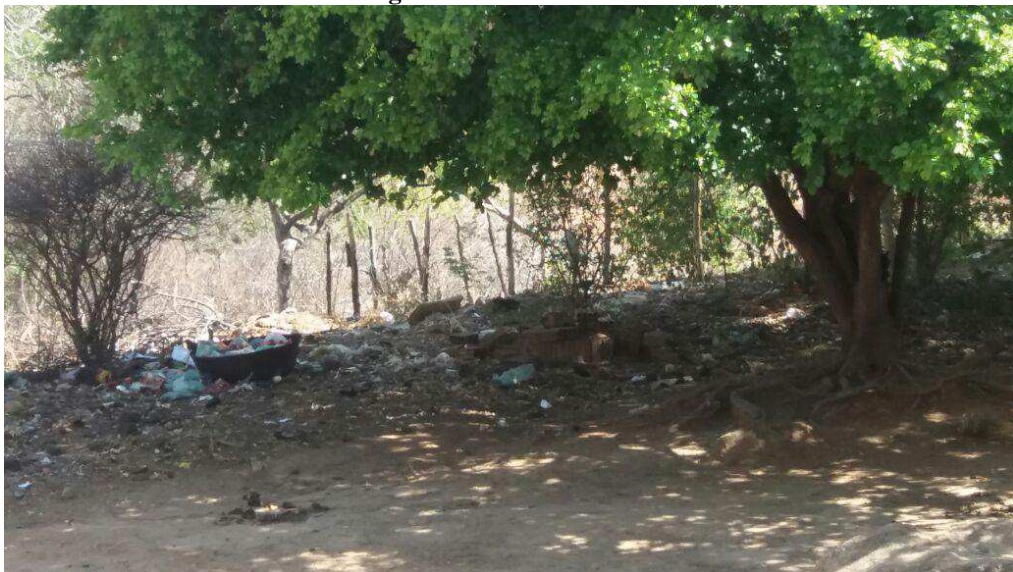
Fonte: Pesquisador do estudo, 2017

Figura 8 - Horta familiar e Bovinocultura



Fonte: Pesquisador do estudo, 2017

Figura 9 - Destino do Lixo



Fonte: Pesquisador do estudo, 2017

APÊNDICE F – Fotos da Pesquisa na Associação Cruz da Tereza

Figura 10 - Sede da Associação



Fonte: Pesquisador do estudo, 2018

Figura 11 - Entrevista com o presidente da Associação



Fonte: Pesquisador do estudo, 2018

Figura 12 - Lazer e Escola



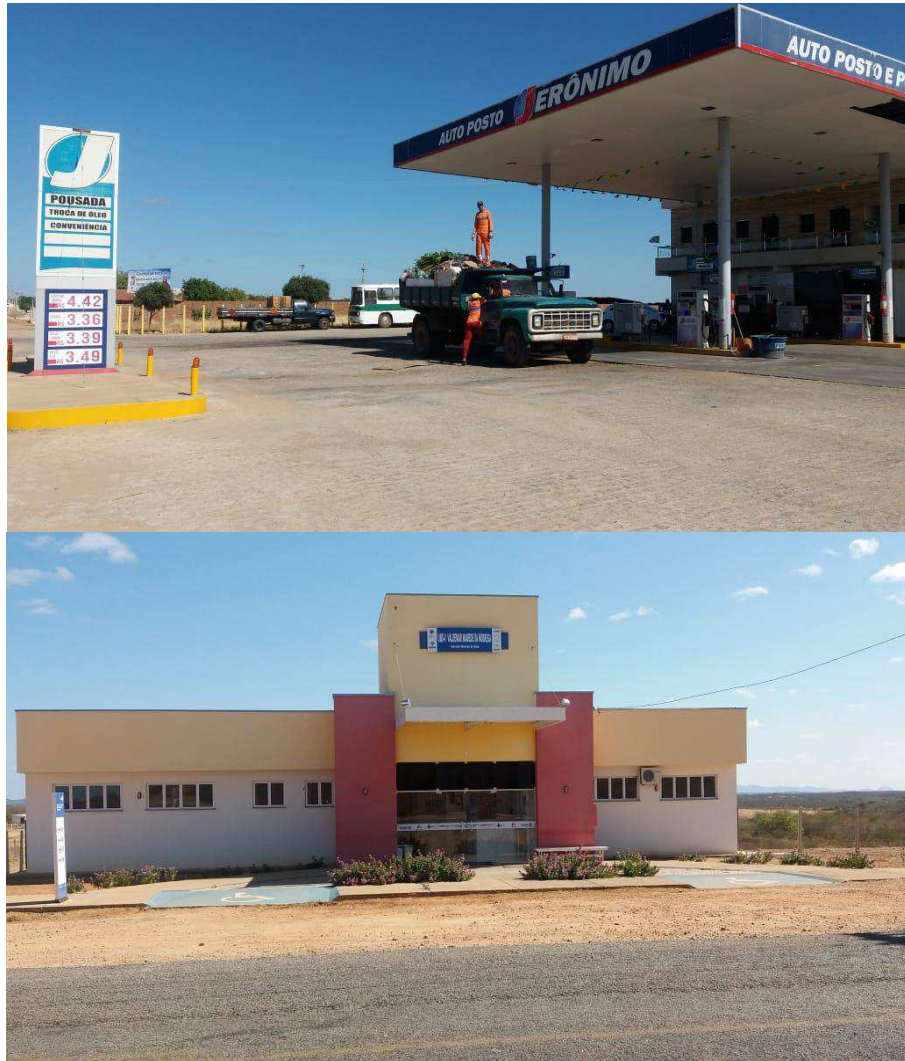
Fonte: Pesquisador do estudo, 2018

Figura 13 - Produção de Hortaliças



Fonte: Pesquisador do estudo, 2018

Figura 14 - Coleta de Lixo e Posto de Saúde



ANEXOS

Riacho Grande, 30 de março de 2003⁰¹

Ata 001/2003

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e três às quatro horas da tarde, reuniram-se no salão da Capela Manoel Amaro, os moradores da comunidade Riacho Grande, objetivando a fundação de uma associação de moradores. Contou com a participação da maioria da comunidade e lideranças, sob a coordenação dos senhores Francisco Roberto de Andrade, Antonio Freire Burity, José Burity Neto e José Gregório Neto, com a participação também dos membros da Associação ASMAP, de Mãe D'água, Reginaldo Eufásio da Silva (Presidente) Elias Pereira Leite e Maria do Rosário Leite (Secretária) ainda esteve presente o sr. Mateus Batista dos Santos (tesoureiro) da Associação do Bairro Lago Branco. Iniciou-se a reunião, tendo os coordenadores convidado a senhora Maria do Rosário Leite para dirigir a reunião. A mesma explicou para os presentes a importância da fundação da entidade para a defesa dos interesses e aspirações da categoria, notadamente da Associação de Moradores do Povoado do Riacho Grande. Falou que a união entre os membros de uma associação é fundamental para o desenvolvimento e (desenvolvimento) digno desempenho dos trabalhos que irão ser realizados. Mostrou também que se faz necessário a escolha dos membros para a formação dos conselhos administrativo e Fiscal, que

ficarão a frente das atividades de elaboração dos documentos e outras providências em prol dos interesses da Associação. Passou a palavra para o presidente da ASMAD, Reginaldo Eufrásio da Silva, que enfatizou os pontos essenciais para a organização e concretização dos objetivos previstos pela entidade. Em seguida, decidiu-se pela eleição da diretoria por voto aberto e direto com mandato para o exercício de dois anos a partir desta data. Foram eleitos por unanimidade para o conselho administrativo: o sr. Antonio Freire Buriti - Presidente; Pedro Bacerda da Silva - Vice presidente; Maria Sandra - primeira secretária; Maria José Gregório de Andrade, segunda secretária; Francisco Roberto de Andrade, primeiro tesoureiro e José Ribamar Gregório, segundo tesoureiro. Para o Conselho Fiscal foram eleitos: Valmir Camuto de Andrade; Nelson Eufrásio; José Gregório Neto, este sendo também eleito para coordenador do Conselho Fiscal. Para suplentes: Jozimar Eufrásio da Silva, Francisco Amaro de Andrade e Vicente José. Todos os eleitos foram empossados e agradeceram a todos pelo voto de confiança a eles depositados. Esta diretoria deverá providenciar a elaboração e aprovação do Estatuto Social da Entidade e todas as ações necessárias para a consolidação da Associação a nível jurídico e social. Na oportunidade curtimos ainda o sr. Mateus Batista dos Santos que parabenizou a todos pela iniciativa de se organizarem para trabalhar.

O associativismo, visto que, na sociedade atual este tipo de organização é muito importante e de grande valia para as defesas do direito de todos, como cidadãos atuantes e representativos da sociedade onde vive, enfocando ainda a união como ponto fundamental para o sucesso da Associação que ora se formou, em seguida agradeceu a todos pela oportunidade. Na continuidade foi frangueada a palavra aos participantes, não havendo mais quem queira fazer uso da mesma foi dada por encerrada a reunião e eu, Maria Sandra Gregório na qualidade de primeira secretária mandei redigir e lavrar a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por quem de direito.

Maria Sandra Gregório - 1ª secretária

Francisco Roberto de Andrade - 1º Tesoureiro

Arvelto Freire Brito - Presidente

REGISTRO

Apresentado em 03 de 06 de 03
para Registro, apontado no protocolo n° 02, sob
n° 333 e registrado sob o n° 29,
de livro 74, nas fls. 9v-10

Coremas, 03 / 06 / 03
Em test° _____ da verdade

Cf. do Reg. de Imóveis

Maria do Socorro de Andrade
Escrvente Comp. Ad-Hoc

ANEXO B – Termo de Abertura da Associação Cruz da Tereza (2013)

ATA DA REUNIÃO DA FUNDAÇÃO DA 2
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO SÍTIO
PITOMBEIRA E CAMPO ALEGRE.

No dia 18 de Agosto de 2013, às 14:00 horas foi realizada a reunião da Fundação da Associação dos Agricultores do Sítio Pitombeira e Campo Alegre. A mesma foi realizada na residência do Senhor Raimundo Nonato Tomás e teve a presença do Presidente das Comunidades de Coremas o Senhor José Virgílio da Silva, o mesmo falou sobre a importância da associação e teve a participação de 38 moradores, e logo após a apresentação da diretoria administrativa sendo aprovada pelos participantes, deu por encerrada e agradeceu a presença de todos.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA:

PRESIDENTE = RAIMUNDO NONATO TOMÁS

VICE-PRESIDENTE = EDILEUZA PEREIRA DE ARAÚJO

1º SECRETÁRIO = MARIA LECI SOARES TOMÁS

2º SECRETÁRIO = MARIA DE FATIMA PEREIRA

1º TESOUREIRO = FRANCISCO DE ASSIS LACERDA DA SILVA

2º TESOUREIRO = MARIA SELMA TOMÁS VIEIRA

CONSELHO FISCAL:

TITULARES: JOSEFA ALVES DE ARAÚJO

JOSÉ CÂNDIDO BONFIM

AUZENI VIRGÍVIA ARAÚJO DE SOUZA

SUPLENTE = VALDEY DIONIZIO
AUTONIO SALUSTIANO LEITE
FRANCISCA FERREIRA DA SILVA

COREMAS, 18/10/2013.

RAMUNDO NO NETO FARIAS
Maria Izabel Soares Tomaz
Edilmar Pereira de Araujo
Maria Silvia Tomaz de Lencastre
Francisca Ferreira da Silva
Valdey Dionizcio
Jose condido Bonfim
Mara de fatima Pereira
Fareba Alves de Araujo
Antenor Salustiano Sente
Auzeni Araujo de Souza
Francisco de Assis Lucindo da Silva

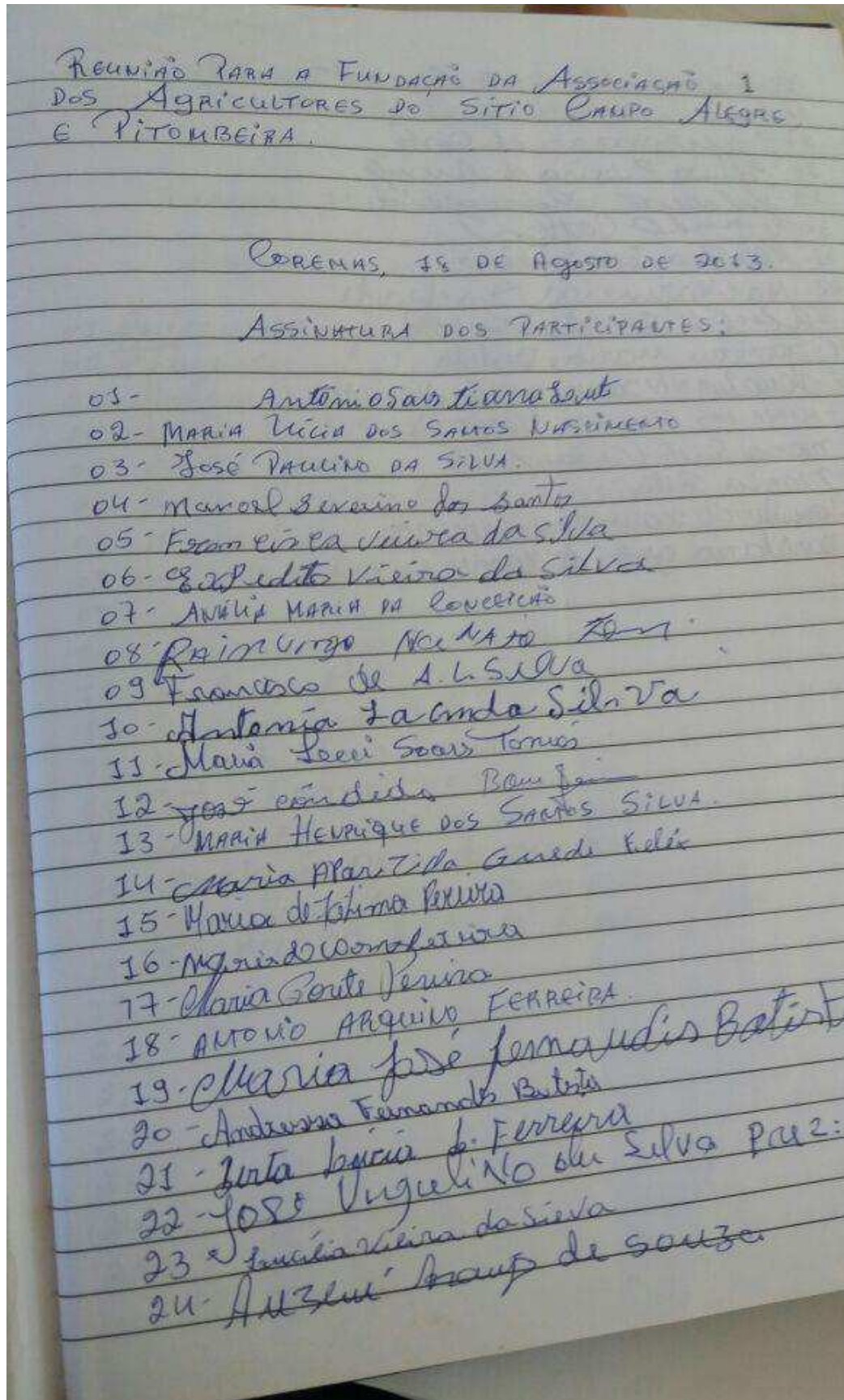
REGISTRO

Apresentado em 17 de 10 de 2013
para Registro; apontado no protocolo nº 01, sob
nº 347 e registrado sob o nº 61
de livro 4, nas fls. 142
Coremas, 17/10/2013
Em testº [assinatura] da verdade
Cf. do Reg. de Imóveis

Francisca Ferreira Campos
ESCREVENTE AD.HOC

SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL
TAB. "SEVERINO LUCAS DE LACERDA"
TITULAR TUNICO OFICIO
Maria Iolanda da Silva
Notária Titular
Delano Alencar Lucas do Lacerda Filho
Notário Substituto
TITULOS E DOCUMENTOS
COMARCA DE COREMAS-PB
RUA MANOEL CAVALCANTE, 306 - CENTRO
CNPJ 08.298.705/0001-49

ANEXO C – Assinatura dos participantes (2013)



ANEXO D – Termo de mudança de diretoria da Associação Cruz da Tereza (2017)

ATA DA REUNIÃO MENSAL E EXTRAORDINÁRIA
DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO SÍTIO
PITOMBEIRI E CAMPO ALEGRE PARA A MUDANÇA
DA DIRETORIA E DE NOME: ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA CRUZ DA TEREZA.

NO DIA 23 DE MAIO DE 2017, ÀS 16:00 HORAS
FOI REALIZADO A REUNIÃO DOS AGRICULTORES PARA
MUDANÇA DA DIRETORIA E DE NOME, NA RESIDÊNCIA
DA SECRETÁRIA, LOCALIZADA NO BAIRRO DA
CRUZ DA TEREZA E TEVE A PARTICIPAÇÃO DE
26 MORADORES E LOGO APÓS A APRESENTAÇÃO
DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA SENDO APROVADA
PELOS PARTICIPANTES, DEU POR ENCERRADA E
AGRADECEU A PRESEÇA DE TODOS.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA:

PRESIDENTE = JOSÉ FRANCISCO SOARES TOMAS
VICE-PRESIDENTE = EDILEUZA PEREIRA DE ARAUJO
1º SECRETÁRIA = MARIA LECI SOARES TOMAS
2º SECRETÁRIA = FRANCISCA MARIA VIRGOLINO DA SILVA
1º TESOUREIRO = FRANCISCO DA ASSIS LACERDA DA SILVA
2º TESOUREIRO = Mª JOSÉ MARTINS URCULINO DE SOUZA

CONSELHO FISCAL:

TITULARES: JOSÉ VICENTE DE MOURA
VALDEIRI DIONIZIO
MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA DE SOUZA

SUPLENTE:

MARIA JOSÉ VICENTE DA SILVA
SANDRA MARIA BATISTA
MARIA DAS GRACAS VIRGOLINO SILVA

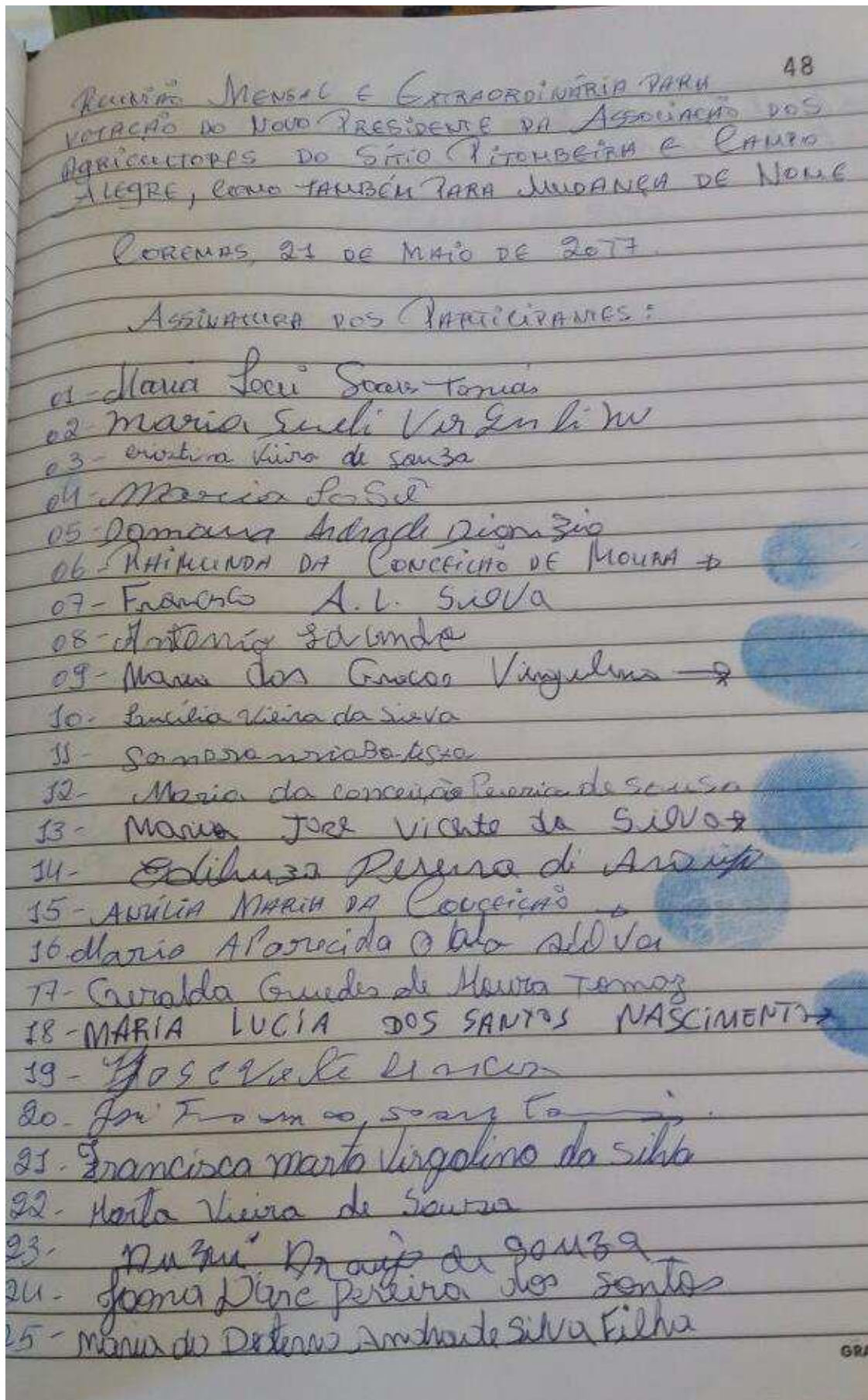
Coremas, 25/05/2017

José Francisco Soares Tomaz
 Maria Lúcia Soares Tomaz
 Francisco de Assis Ladeira da Silva
 JOCÉ VIEIRA DE MENEZES
 Maria da Conceição Pereira de Sousa
 Sargento-mor Vicente
 Edeluzza Pereira de Araújo
 Francisca Marta Virgolino da Silva
 Maria das Graças Virgolino da Silva
 Valdeir Dias
 Marcos José Vicente da Silva
 Maria José Lúcia de Sousa



Patrícia Velliny F. de Lima Leite
 CPF: 074.422.994-40
 Cartório Tab. Severino Lucas
 Coremas-PB

ANEXO E – Assinatura dos participantes (2017)



ANEXO F – Conselho Fiscal e Suplentes da Associação Cruz da Tereza